

Plano Mineiro de Segurança Hídrica – PMSH: planejamento, prioridades e estratégias para a implementação em Minas Gerais



Ivone Morgado

15 de Julho de 2026

Plano de Segurança Hídrica

Por que Minas Gerais precisa de um Plano de Segurança Hídrica?

- Recorrência de períodos de escassez e aumento dos eventos extremos;
- Pressões sobre a quantidade e a qualidade da água;
- Degradação ambiental, problemas de saneamento e conflitos entre os usos;
- Ações distribuídas entre diferentes órgãos, programas e instrumentos de planejamento;
- Necessidade de identificar os territórios mais vulneráveis e orientar prioridades.



Plano de Segurança Hídrica

“Consiste em um **Programa de Intervenções Estratégicas** objetivando a revitalização de bacias hidrográficas, em uma região ou território administrativo com o propósito de garantia hídrica, para um ou mais horizontes de planejamento, em quantidade e qualidade, para o abastecimento humano, o equilíbrio dos ecossistemas e o desenvolvimento das atividades econômicas, bem como reduzir os riscos associados aos eventos hidrológicos críticos e aumentar a resiliência dos sistemas de abastecimento.”



Plano de Segurança Hídrica

O PMSH

está inserido no contexto do Programa Estratégico de Segurança Hídrica e Revitalização de Bacias Hidrográficas de Minas Gerais,

Somos Todos Água.

Diretrizes



Definição de **áreas prioritárias** no Estado de Minas Gerais;



Articulação de políticas públicas no âmbito dos órgãos de Estado, no sentido de otimizar esforços e ampliar resultados;



Planejamento integrado com o estabelecimento de metas de curto, médio e longo prazo;



Otimização dos recursos financeiros;



Transparência das ações com a disponibilização e compartilhamento das informações à sociedade.

Plano de Segurança Hídrica

[Página inicial](#)[Política do Repositório](#)[Estatísticas](#)[Meu espaço](#)[Fale conosco](#)

<http://repositorioigam.meioambiente.mg.gov.br/> e <https://pmsh.com.br/>



Buscar no repositório

Busca avançada

Buscar

Autor	+	Assunto	+	Título	+
Tipo de Documento	+	Data de Publicação	+	Áreas Temáticas	+



Aviso Institucional

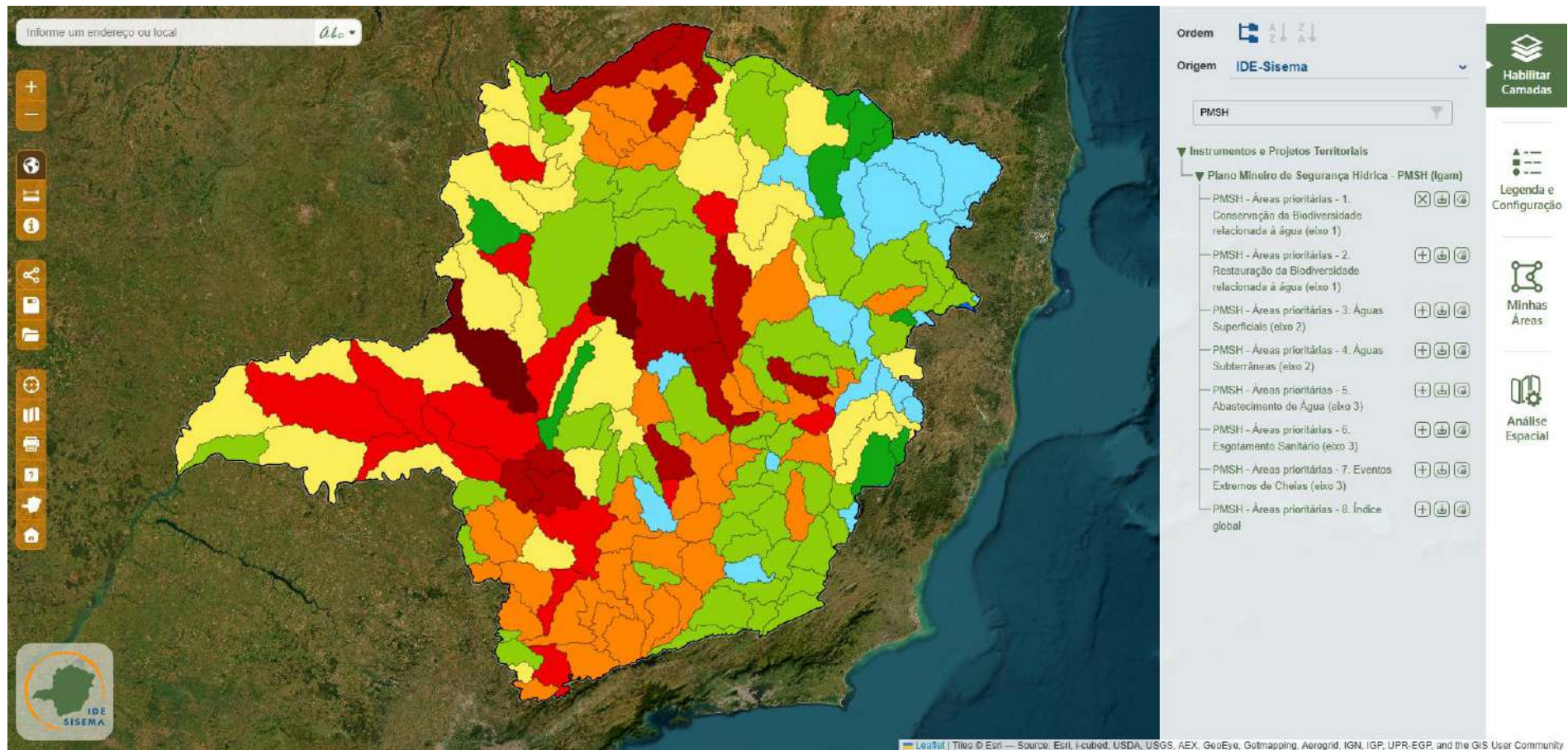
Em atendimento à legislação eleitoral (Lei nº 9.504/1997) e às resoluções do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o acesso a este sistema/conteúdo encontra-se **TEMPORARIAMENTE SUSPENSO**.

A suspensão ocorre para garantir a isonomia durante o período eleitoral e abrange publicações, serviços e sistemas que possam configurar publicidade institucional vedada.

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento
Sustentável (SEMAD)
Governo de Minas Gerais

Os serviços estritamente essenciais ao cidadão e sistemas internos continuam operando normalmente nas rotas autorizadas.

Plano de Segurança Hídrica



<https://visualizador.idesisema.meioambiente.mg.gov.br/>

The background of the slide features a series of concentric circles in various shades of blue, creating a sense of depth and movement. The circles are centered towards the left side of the frame.

O processo de elaboração do **PMSH**

Os 3 eixos de atuação

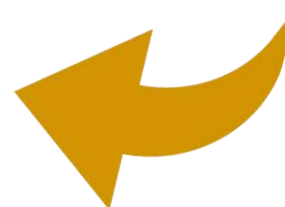
Saneamento, controle da poluição
e obras hídricas:

- Abastecimento de Água
- Esgotamento Sanitário
- Eventos Extremos de cheias



Produção sustentável e uso racional dos
recursos hídricos:

- Garantia do Abastecimento Superficial
- Garantia do Abastecimento Subterrâneo

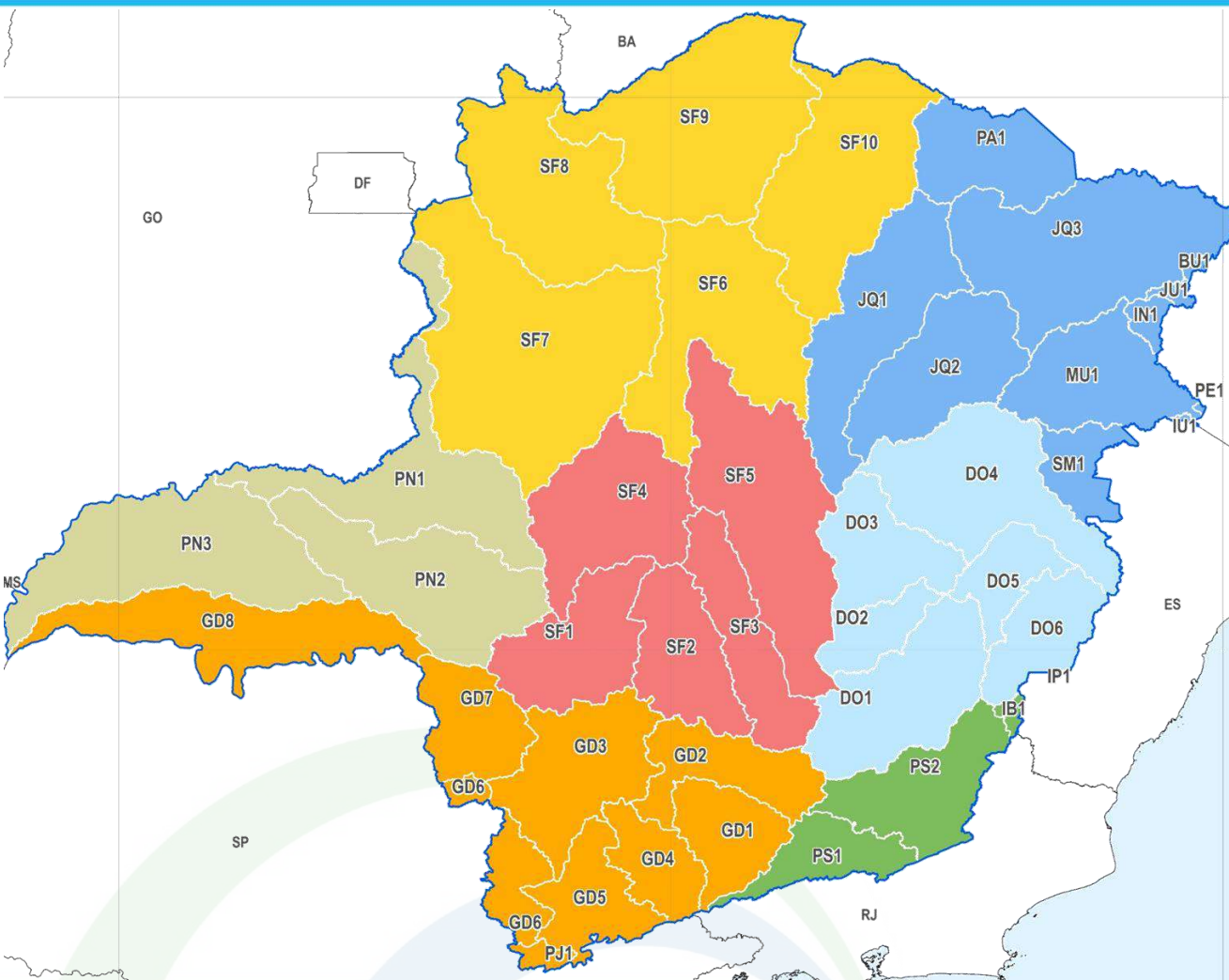


Conservação e restauração da biodiversidade e dos
serviços ecossistêmicos relacionadas à água:

- Conservação
- Restauração

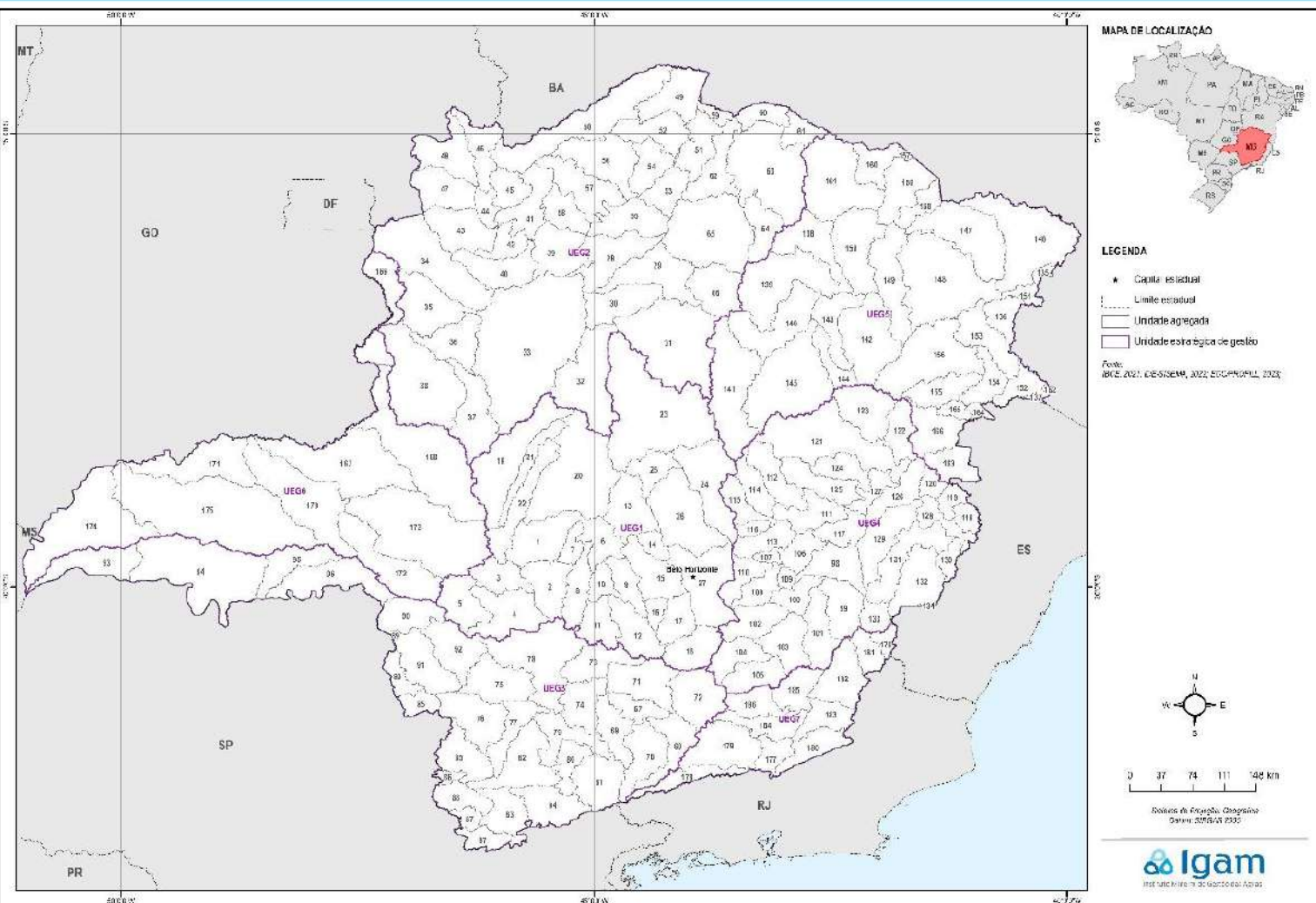


Área de Abrangência dos Estudos



Nomes e áreas das UEGs e CHs					
UEG	Nome	Área UEG (Km²)	CH	Nome	Área CH (km²)
UEG1	Afluentes do Alto Rio São Francisco	84.907,07	SF1	Alto rio São Francisco	14.156,18
			SF2	Rio Pará	12.223,94
			SF3	Rio Paraopeba	12.054,70
			SF4	Entorno da represa de Três Marias	18.600,89
			SF5	Rio das Velhas	27.871,35
UEG2	Afluentes do Médio Rio São Francisco	149.837,63	SF6	Rios Jequitai e Pacuí	24.820,23
			SF7	Rio Paracatu	41.475,22
			SF8	Rio Urucuaia	25.039,57
			SF9	Rio Pandeiros	32.094,91
			SF10	Rio Verde Grande	26.407,70
UEG3	Afluentes do Rio Grande	87.210,81	GD1	Alto rio Grande	8.757,99
			GD2	Rio das Mortes	10.557,04
			GD3	Entorno do reservatório de Furnas	16.246,10
			GD4	Rio Verde	6.881,58
			GD5	Rio Sapucaí	8.823,00
			GD6	Afluentes dos rios Mogi-Guaçu e Pardo	6.360,17
			GD7	Médio rio Grande	9.757,32
			GD8	Baixo rio Grande	18.673,90
			PJ1	Rios Piracicaba e Jaguari	1.153,71
			DO1	Rio Piranga	17.926,60
UEG4	Afluentes do Rio Doce	71.284,35	DO2	Rio Piracicaba	5.462,49
			DO3	Rio Santo Antônio	10.980,54
			DO4	Rio Suaçuí Grande	21.560,56
			DO5	Rio Caratinga	6.333,84
			DO6	Rio Manhuaçu	8.987,70
			IP1	Rio Itapemirim	32,63
UEG5	Afluentes dos Rios Mucuri, São Mateus, Jequitinhonha e Pardo	101.438,82	JQ1	Alto rio Jequitinhonha	19.967,93
			JQ2	Rio Aracuaí	16.289,09
			JQ3	Médio e Baixo rio Jequitinhonha	29.470,75
			MU1	Rio Mucuri	14.582,55
			PA1	Rio Pardo	12.747,11
			SM1	Rio São Mateus	5.612,33
			PE1	Rio Peruípe	83,31
			IU1	Rio Itaúnas	128,41
			IN1	Rio Itanhém	1.517,69
			BU1	Rio Buranhém	329,26
			JU1	Rio Jucuruçu	710,39
			UEG6	Afluentes do Rio Paranaíba	70.651,77
PN2	Rio Araguaçu	21.491,44			
PN3	Baixo rio Paranaíba	26.907,79			
UEG7	Afluentes do Rio Paraíba do Sul, Rio Preto (Itabapoana), Rio São João e Rio Caparaó	21.378,86	IB1	Rio Itabapoana	661,78
			PS1	Rios Preto e Paraíbauna	7.192,57
			PS2	Rios Pomba e Muriaé	13.524,51
Total					586.709,31

Área de Abrangência dos Estudos



Para a aplicação da metodologia, o estado de Minas Gerais foi subdividido em unidades de análise, com base nas ottobacias agregadas, denominadas de “Unidades Agregadas – UA”, resultando em 186 áreas de análise.

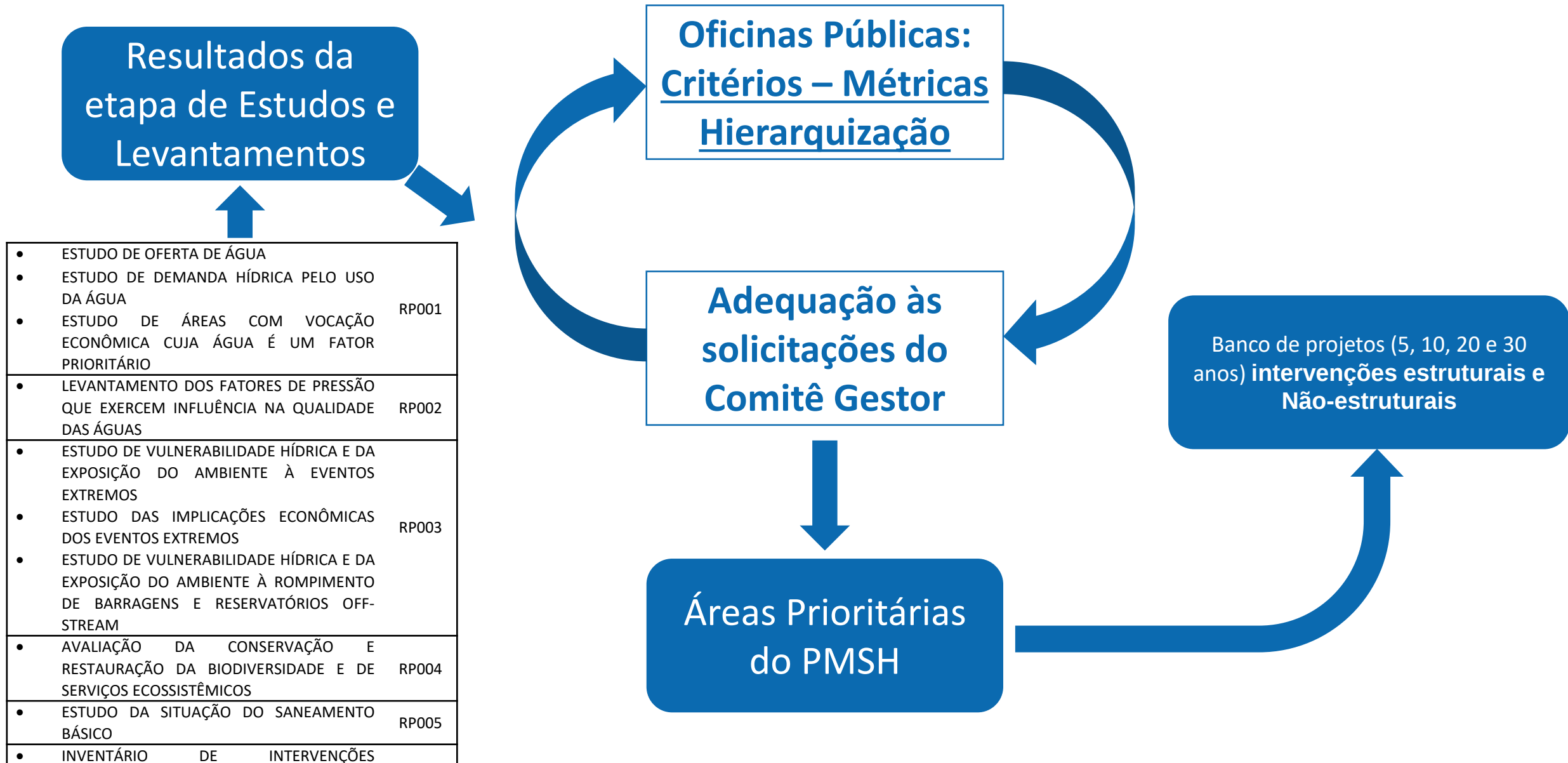
Processo de Construção





Áreas Prioritárias nos **Eixos do PMSH**

Processo de definição das Áreas Prioritárias



Priorização no Eixo 1

Análise de áreas prioritárias para conservação da biodiversidade e dos ecossistemas



Análise do comprometimento hídrico



Áreas prioritárias para o Eixo 1:
Conservação



Aspectos iniciais:

- i. Demandas de captações para abastecimento público;
- ii. Geomorfologia (potencial de recarga hídrica);
- iii. Solos (grupos hidrológicos de solos);
- iv. Trechos prioritários: conservação da biodiversidade em ecossistemas aquáticos;
- v. Trechos livres de rios.

Quadro 4.2 – Critérios adotados na análise da temática do Eixo 1 – Conservação e restauração da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos relacionados à água

Critérios	Descrição / Aspectos considerados	Unidade	Nível de escala dos dados	Classificações possíveis	Pesos, pontuações ou ações atribuídas	Fonte dos dados utilizada	Produto associado
1 - Áreas prioritárias para conservação e revitalização (critério principal)	Aspecto 1: Bacias de drenagem de captações superficiais para abastecimento público	número	unidades agregadas	0,000 a 0,027 m³/s/km²	1	Desenvolvido no presente estudo	Desenvolvido no presente estudo Obs: base de outorgas do RP001 2A - Estudo de oferta de água; 2B - Estudo de demanda hídrica pelo uso da água; 2C - Estudo de áreas com vocação econômica cuja água é um fator prioritário
				0,027 a 0,176 m³/s/km²	2,5		
				0,176 a 0,733 m³/s/km²	5		
				> 0,733 m³/s/km²	10		
	Aspecto 2: Áreas com alto potencial de recarga hídrica	porcentagem	unidades agregadas	0 a 0,82%	1	Instituto Estadual Florestal (IEF-MG)	RP004 2H – Avaliação da conservação e restauração da biodiversidade e de serviços ecossistêmicos
				0,82 a 5,17%	2,5		
				5,17% a 14,80%	5		
				> 14,80%	10		
	Aspecto 3: Mapeamento do solo (Pedologia)	número	unidades agregadas	Solo tipo A	4 (peso)	Base de Dados Espacial 1:250.000, Brasil. IBGE, versão 2023	Desenvolvido no presente estudo
				Solo tipo B	3 (peso)		
				Solo tipo C	2 (peso)		
				Solo tipo D	1 (peso)		
				0 a 1,03	1 (pontuação)		
				1,03 a 1,97	2,5 (pontuação)		
				1,97 a 2,92	5 (pontuação)		
				> 2,92 km²	10 (pontuação)		
	Aspecto 4.1: Áreas para conservação da biodiversidade e ecossistemas aquáticos	porcentagem	unidades agregadas	0 a 3,38%	1	Instituto Estadual Florestal (IEF-MG)	RP004 2H – Avaliação da conservação e restauração da biodiversidade e de serviços ecossistêmicos
				3,38% a 8,73%	2,5		
				8,73% a 17,69%	5		
				> 17,69%	10		
	Aspecto 4.2: Trechos de rio para conservação da biodiversidade e ecossistemas aquáticos	porcentagem	unidades agregadas	0 a 2,09%	1	Instituto Estadual Florestal (IEF-MG)	RP004 2H – Avaliação da conservação e restauração da biodiversidade e de serviços ecossistêmicos
				2,09% a 3,22%	2,5		
				3,22 a 4,60%	5		
				> 4,60%	10		
	Aspecto 5: Trechos livres de rios	avaliação qualitativa	unidades agregadas	Sim	10	Instituto Estadual Florestal (IEF-MG)	RP004 2H – Avaliação da conservação e restauração da biodiversidade e de serviços ecossistêmicos
				Não	5		
	Resultado da soma das notas atribuídas	número	unidades agregadas	Pontuação > 40	Faixa 1 (Níveis 1 ou 2)	Desenvolvido no presente estudo	Desenvolvido no presente estudo
				30 < pontuação ≤ 40	Faixa 2 (Níveis 3 ou 4)		
				20 < pontuação ≤ 30	Faixa 3 (Níveis 5 ou 6)		
				10 < pontuação ≤ 20	Faixa 4 (Níveis 7 ou 8)		
				Pontuação ≤ 10	Faixa 5 (Níveis 9 ou 10)		
2 - Comprometimento hídrico (critério de refinamento)	Verificação do grau de comprometimento hídrico da área, com base no balanço hídrico superficial	número	unidades agregadas	> 1,50 (mediana)	Vai para o nível mais baixo da faixa	Desenvolvido no presente estudo	RP001 2A - Estudo de oferta de água; 2B - Estudo de demanda hídrica pelo uso da água; 2C - Estudo de áreas com vocação econômica cuja água é um fator prioritário
				≤ 1,50 (mediana)	Vai para o nível mais alto da faixa		

Priorização no Eixo 1

Áreas prioritárias
para o Eixo 1:
Conservação



Existência de AP para a
restauração dos
ecossistemas aquáticos



Análise do grau de
antropização das unidades
agregadas



Análise do grau de
antropização das áreas de
preservação permanente



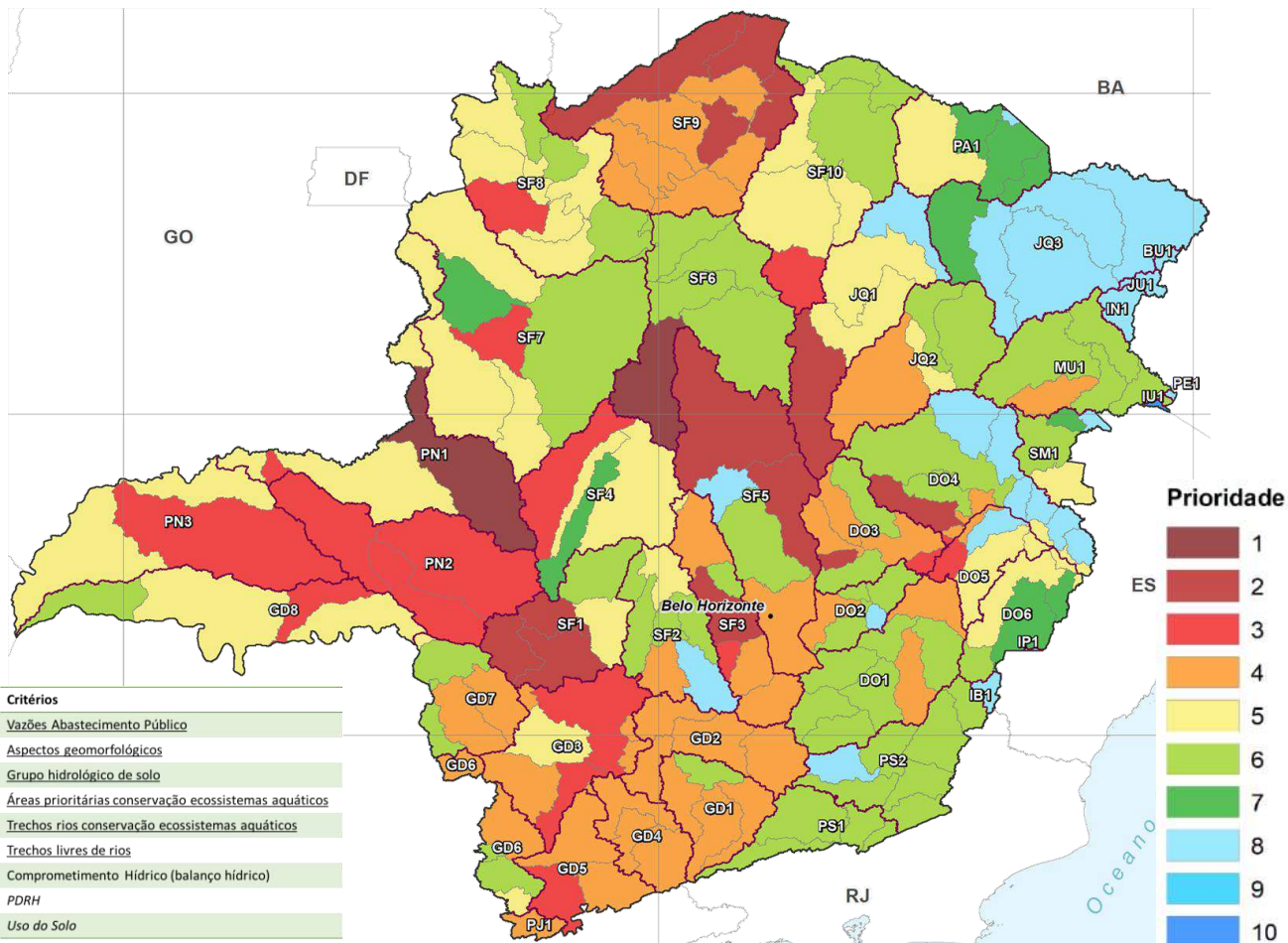
Áreas prioritárias
para o Eixo 1:
Restauração



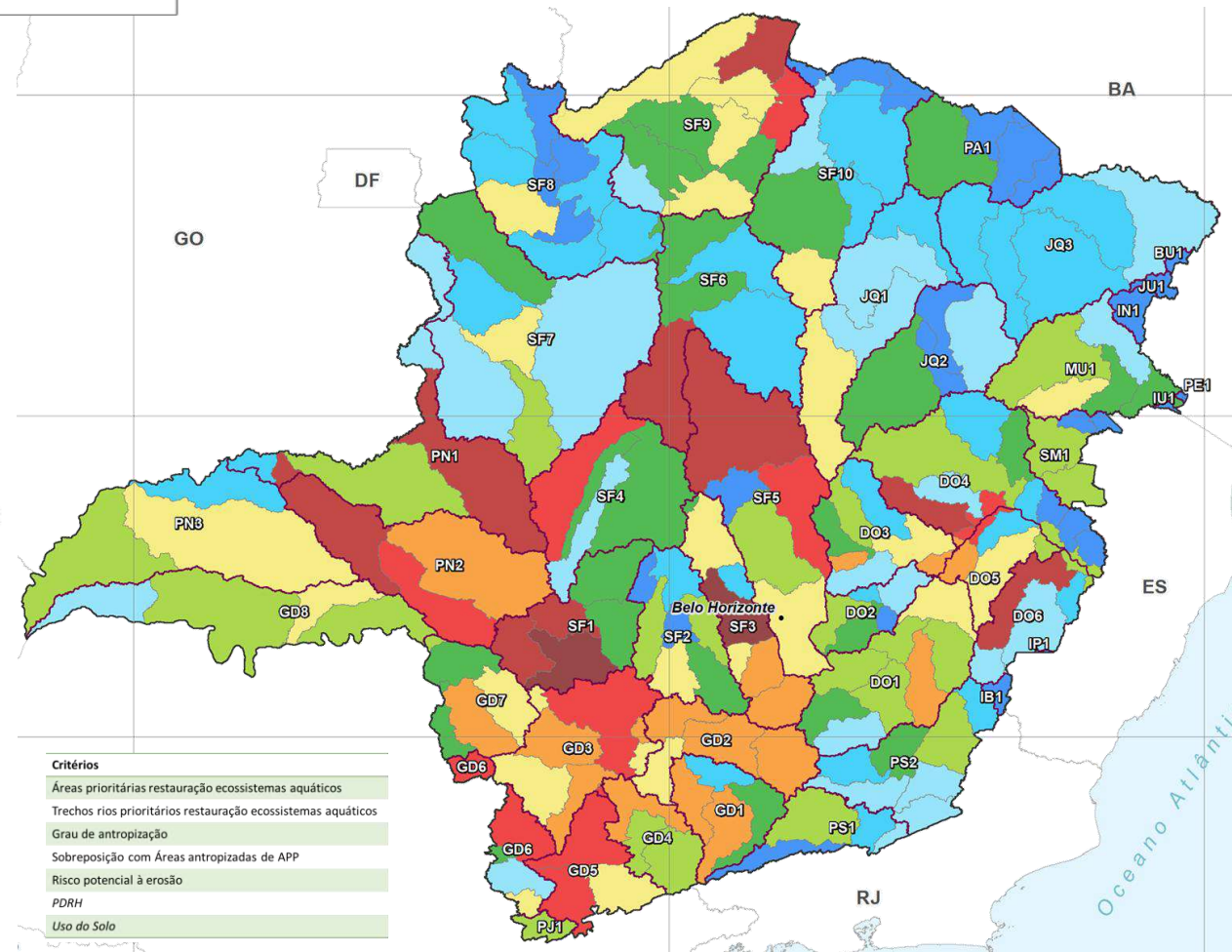
Eixo 1

Conservação e restauração da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos relacionadas à água

1.1 Conservação



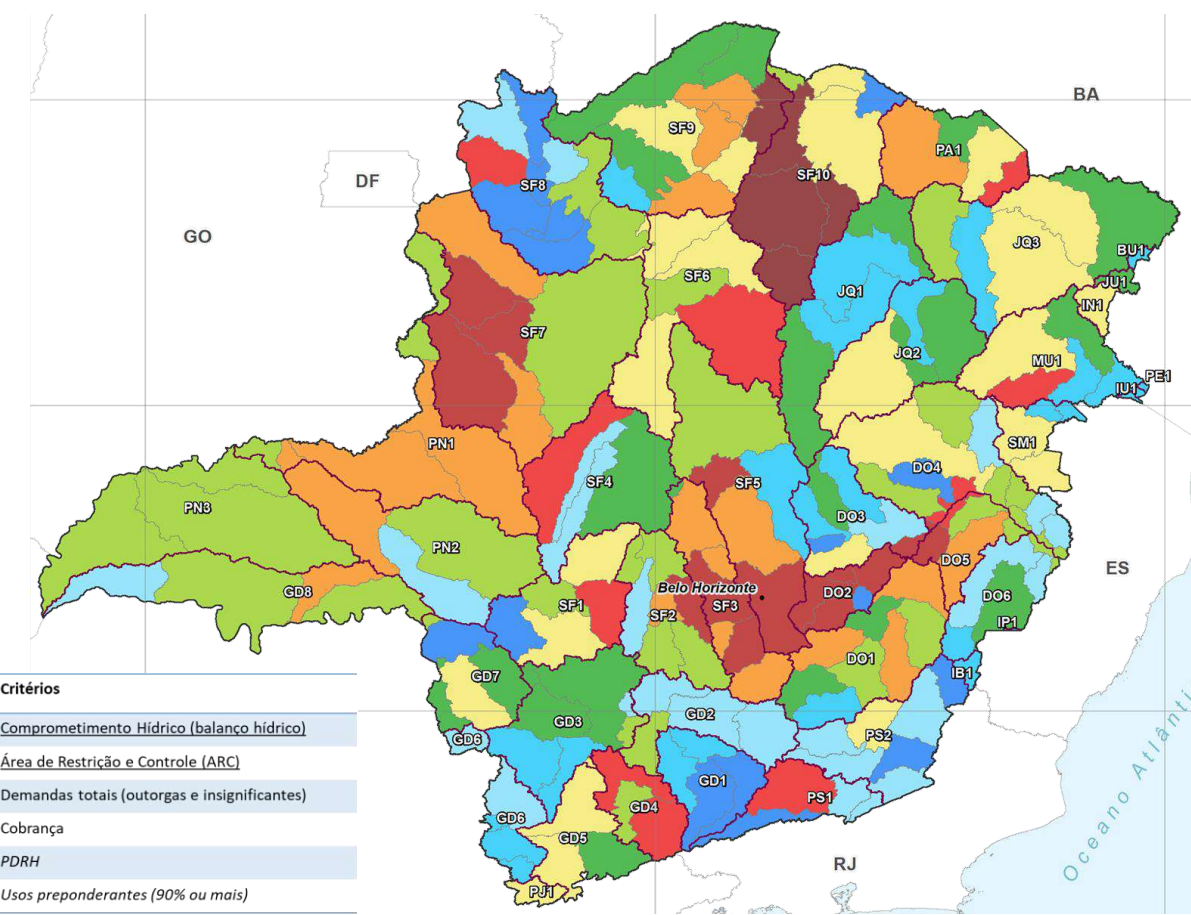
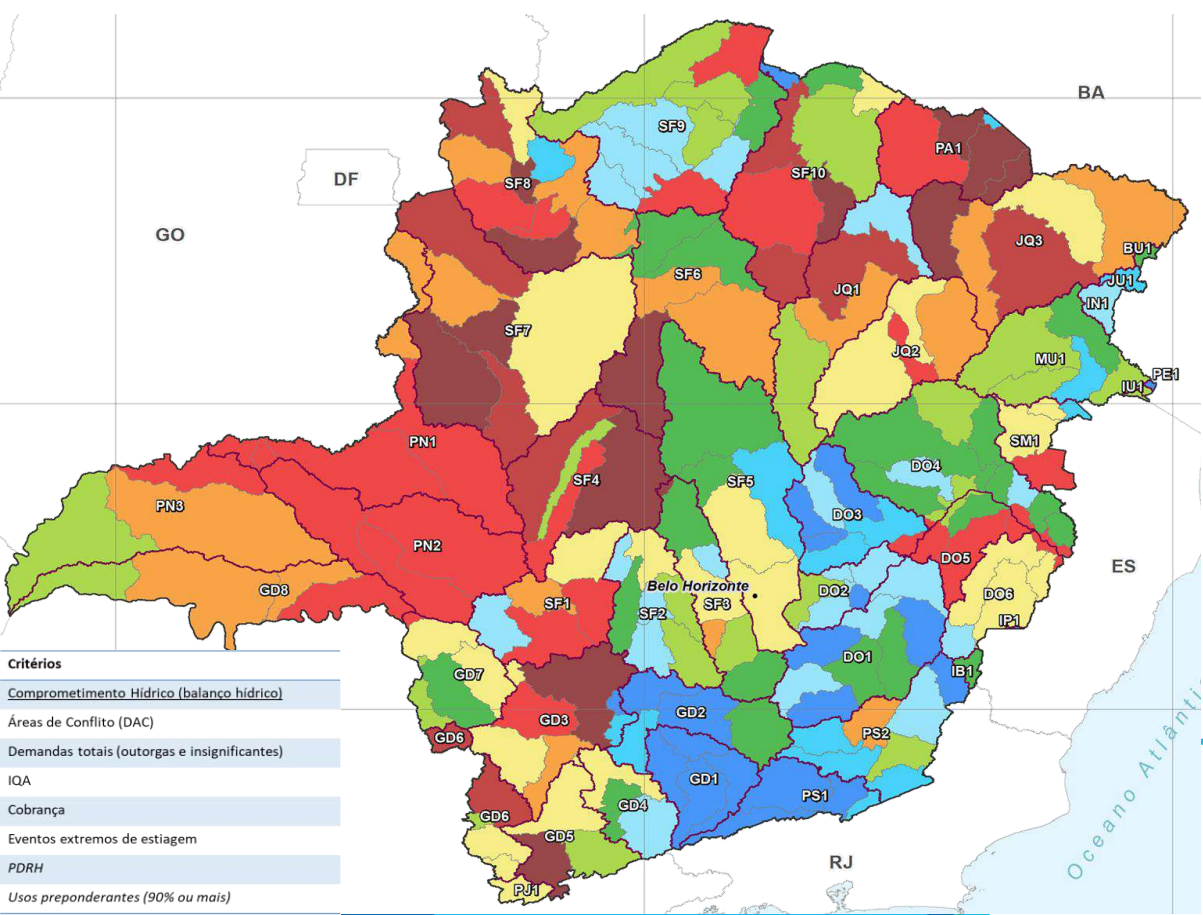
1.2 Restauração



EIXO 2

Produção sustentável e uso racional dos recursos hídricos

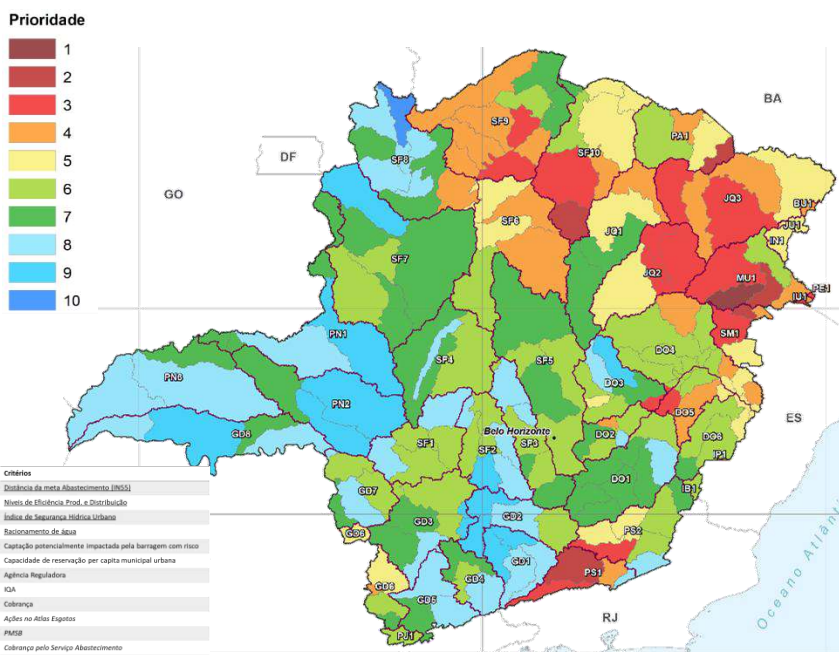
Garantia de Suprimento por Fontes Superficiais (2.1) e Subterrâneas (2.2)



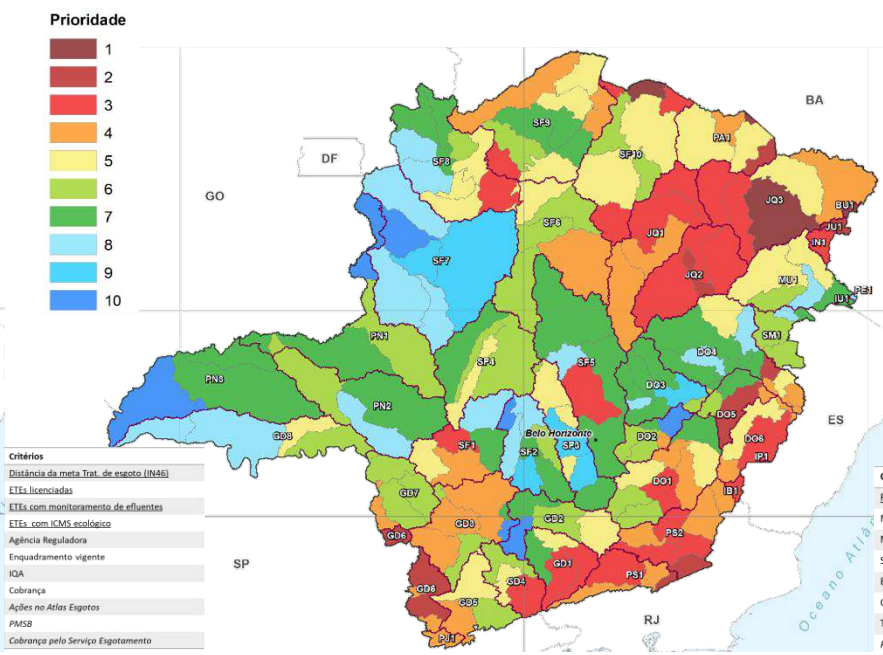
EIXO 3

Saneamento, controle da poluição e obras hídricas

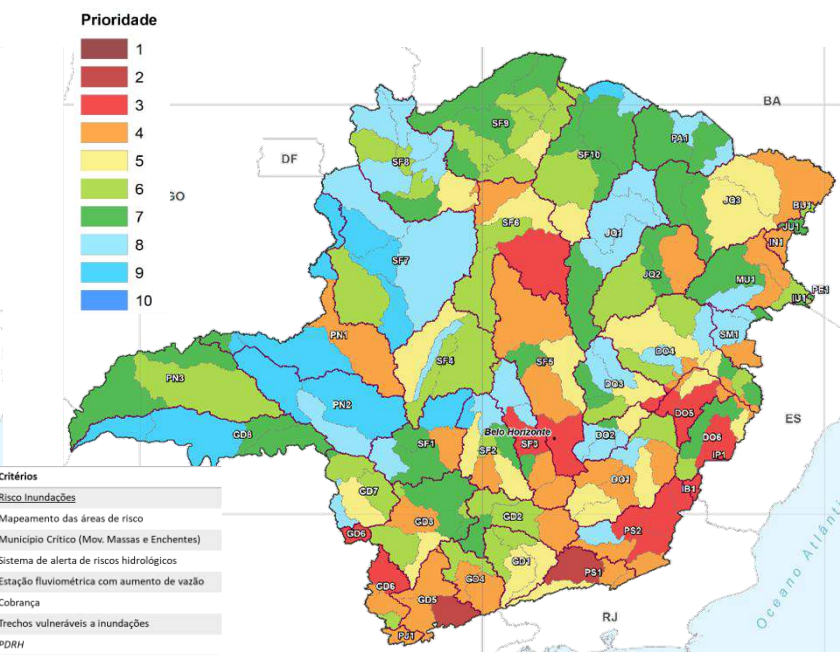
Abastecimento de Água (3.1)



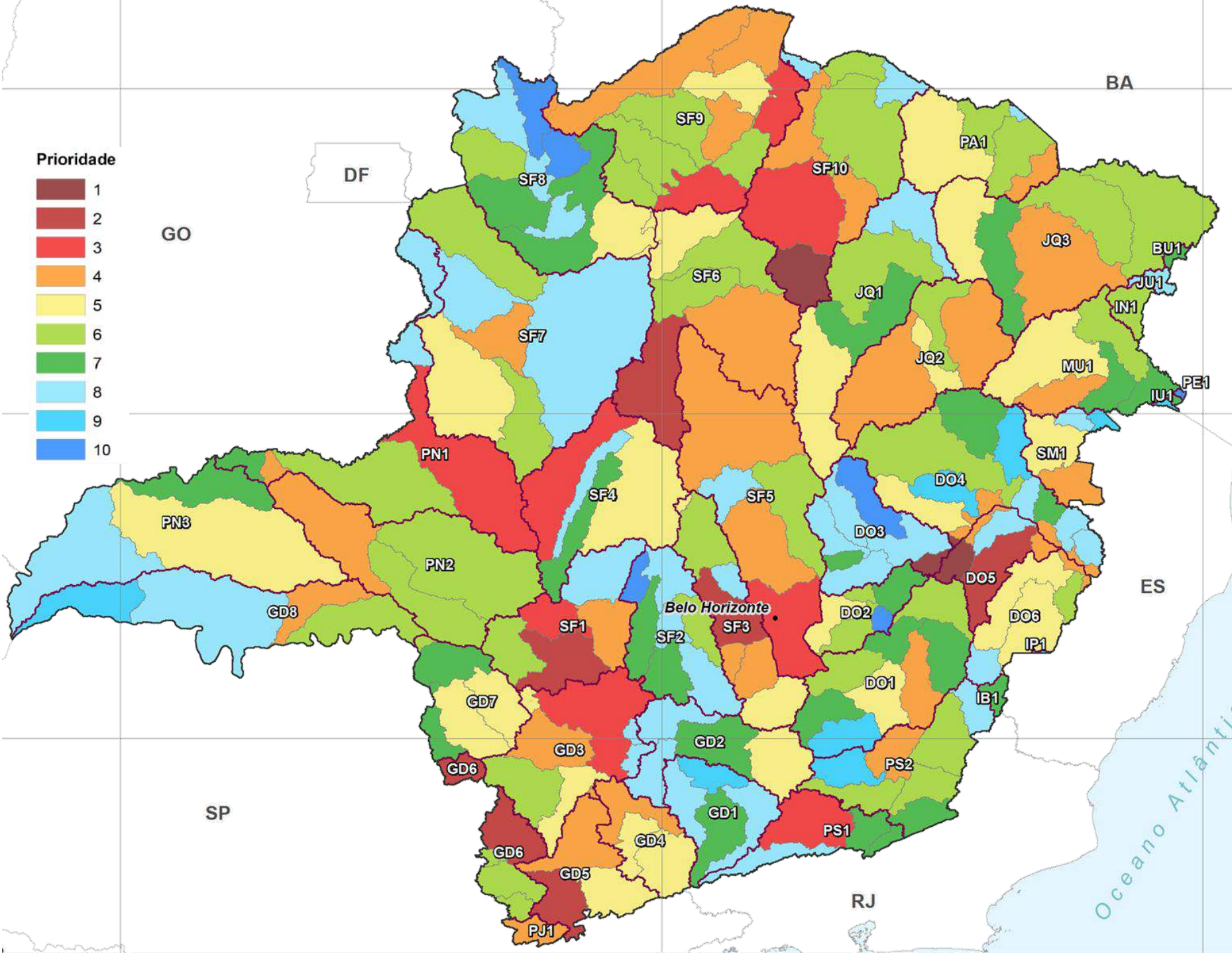
Esgotamento Sanitário (3.2)



Eventos extremos de cheias(3.3)



Priorização no Índice Global



The background of the image features a series of concentric circles in various shades of blue, creating a sense of depth and movement. The circles are centered towards the left side of the frame, with the innermost circle being a darker blue and the outermost being a lighter blue. The text is positioned in the lower-left corner, partially overlapping the circles.

Banco de Projetos
Oficinas

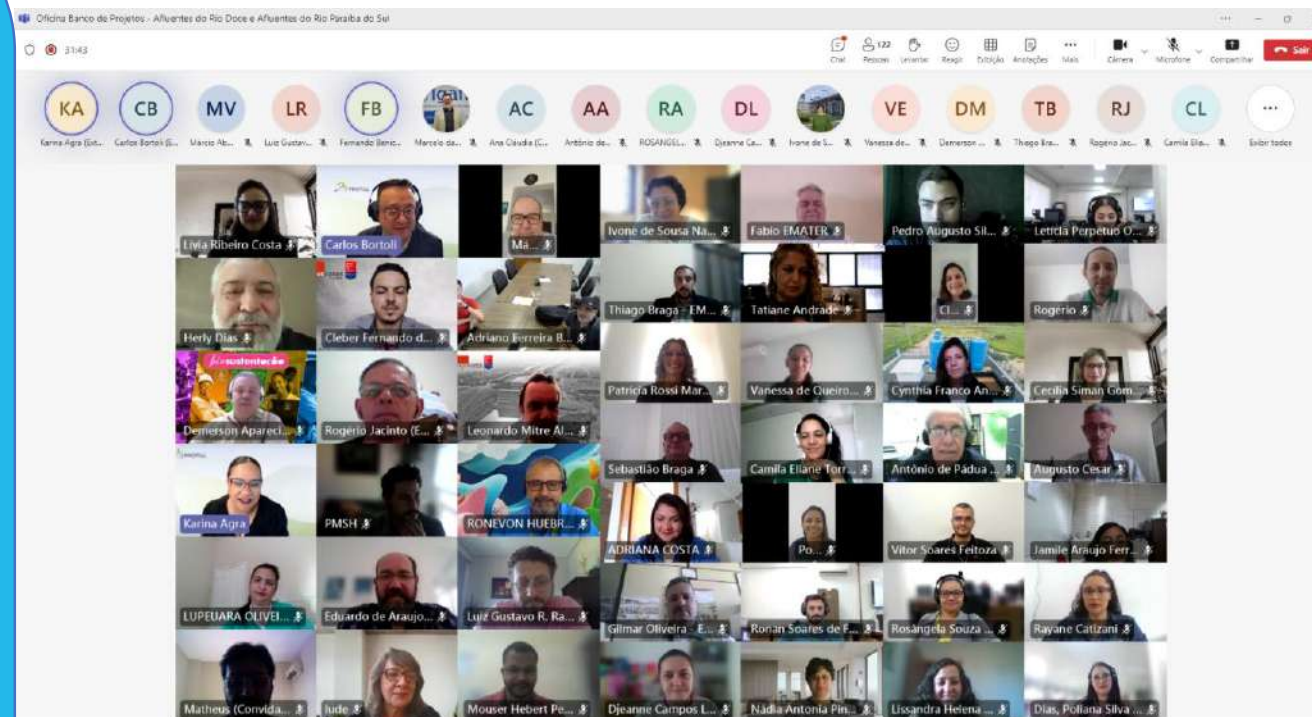
Oficinas do Banco de Projetos

19 a 23 de agosto 2024

- 19 - Afluentes Alto Rio São Francisco.
- 20 - Afluentes Baixo Rio São Francisco.
- 21 - Afluentes Rio Paranaíba e dos Rios Mucuri, São Mateus, Jequitinhonha e Pardo.
- 22 - Afluentes Rio Doce e do Rio Paraíba do Sul.
- 23- Afluentes Rio Grande e Piracicaba e Jundiá.

Discutir com a sociedade ações estratégicas para a segurança hídrica em Minas Gerais

Mais de 650 participantes



OFICINA 5
DE DISCUSSÃO DO

Banco de Projetos do PMSH

Afluentes do Alto Rio São Francisco

19/08 das 8h30 às 12h

Programação completa e inscrição no link:
bit.ly/pmshoficinas



Logos at the bottom: PRO-FILL, IGAM, MINAS GERAIS, and others.

OFICINA 6
DE DISCUSSÃO DO

Banco de Projetos do PMSH

Afluentes do Baixo Rio São Francisco

20/08 das 8h30 às 12h

Programação completa e inscrição no link:
bit.ly/pmshoficinas



Logos at the bottom: PRO-FILL, IGAM, MINAS GERAIS, and others.

OFICINA 7
DE DISCUSSÃO DO

Banco de Projetos do PMSH

Afluentes do Rio Paranaíba

21/08 das 8h30 às 12h

Programação completa e inscrição no link:
bit.ly/pmshoficinas



Logos at the bottom: PRO-FILL, IGAM, MINAS GERAIS, and others.

OFICINA 8
DE DISCUSSÃO DO

Banco de Projetos do PMSH

Afluentes do Rio Doce

22/08 das 8h30 às 12h

Programação completa e inscrição no link:
bit.ly/pmshoficinas



Logos at the bottom: PRO-FILL, IGAM, MINAS GERAIS, and others.

OFICINA 9
DE DISCUSSÃO DO

Banco de Projetos do PMSH

Afluentes do Rio Grande

23/08 das 8h30 às 12h

Programação completa e inscrição no link:
bit.ly/pmshoficinas



Logos at the bottom: PRO-FILL, IGAM, MINAS GERAIS, and others.

Banco de Projetos - Oficinas

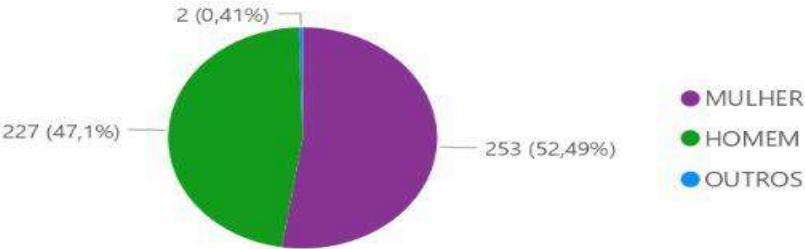
Número Total Participantes

482

Total Participantes por Oficina



Participantes por Gênero

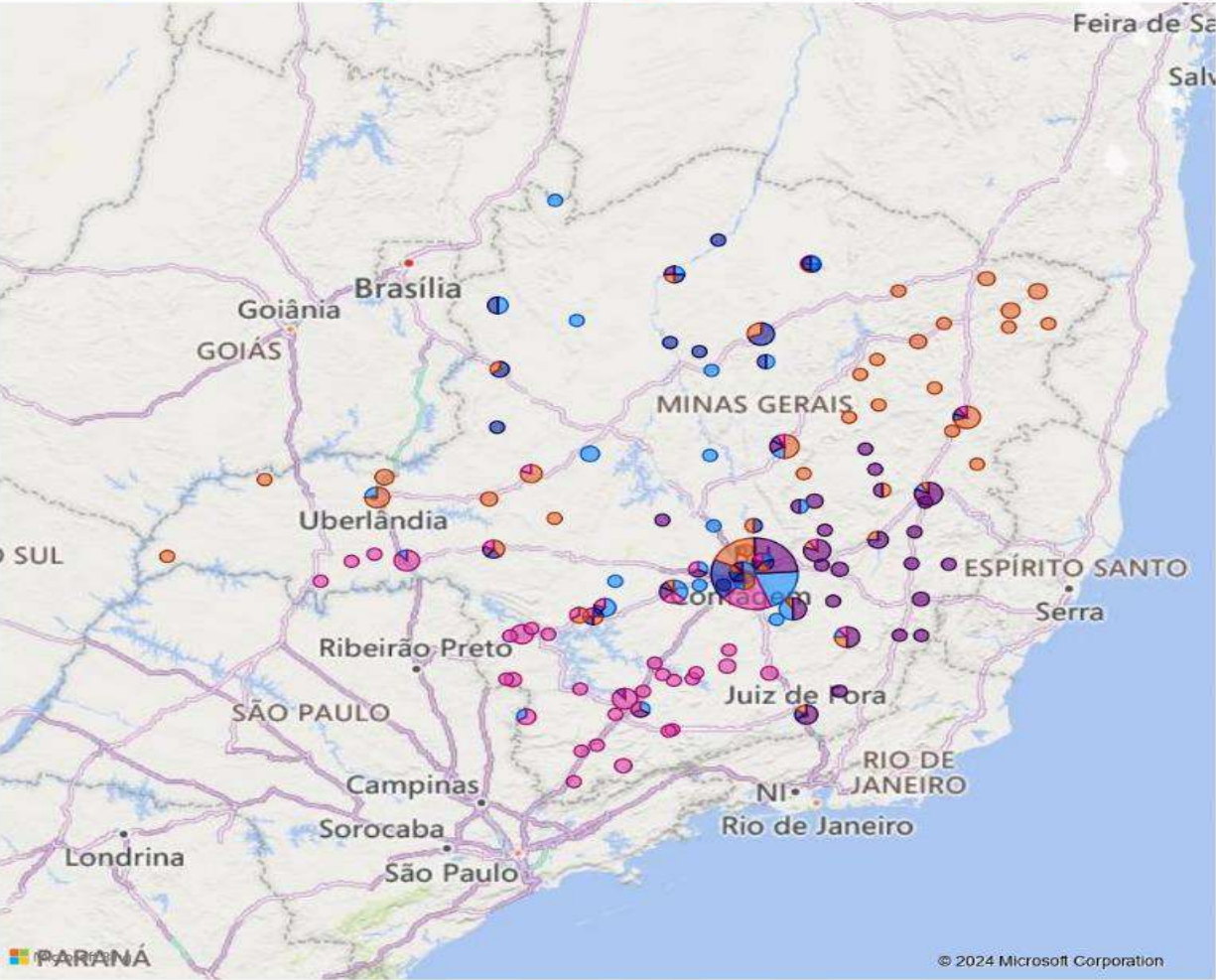


Participantes por Faixa Etária e Gênero



Participantes por Estado, Cidade e Oficina

Oficina 5 (azul) Oficina 6 (verde) Oficina 7 (laranja) Oficina 8 (roxo) Oficina 9 (rosa)





Banco de Projetos

CONCEITUAÇÃO E ESTRUTURA

Diretrizes do Banco de Projetos

- Projetos para cada área prioritária, com ações estruturantes (obras de infraestrutura) e não-estruturantes (infraestrutura verde e medidas de gestão) organizadas nos três eixos de atuação do *Programa Somos Todos Água*: (1) Conservação e restauração da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos relacionadas à água; (2) Produção sustentável e uso racional dos recursos hídricos; (3) Saneamento, controle da poluição e obras hídricas:
- Atividades/fluxo de implementação;
- Diretrizes para a execução da ação;
- Cronograma de execução;
- Custos estimados;
- Indicadores de implementação e metas;
- Para cada ação vai ser definida uma meta vinculada ao seu objetivo principal, com determinação de prazo para realização;
- No caso de metas de longo prazo, incluir metas intermediárias;
- Definição de indicadores de resultados para cada eixo, por área prioritária, do *Programa Somos Todos Água*.



Como fazer a leitura de uma Ficha de ação estratégica e da ação foco

Identificação

Eixo e componente

Programa

Nome da ação

Meta

Planejamento

Objetivo e justificativa

Descrição da ação
estratégica/foco

Atividades/produtos

Atores envolvidos

Implementação

Indicadores

Fonte de recurso

Órgão executor

Próximo passo

Componente
Programa
Ação foco do PMSH;
Objetivo
Descrição da Ação Foco
Meta
Justificativa:
Atividades da Ação Foco
Área de abrangência da ação
Natureza da ação
Órgão executor
Intervenientes
Orçamento geral da ação
Ações foco relacionadas
Fonte de recursos
Indicador/nota
Cronograma de execução

[illegible][illegible]

Planejamento e estruturação do Banco de Projetos

**AÇÕES
FOCO
DO
PMSH**

BLOCO 1

Projetos estratégicos, ações estratégicas em escala Estadual.



Projetos Estratégicos de Ações do PMSH

(além de ações nos eixos do PMSH: governança, estruturação da implementação).

BLOCO 2

Ações executivas por UAs compartilhadas do Estado com outros entes.



**Atribuição de ações específicas
por Unidade Agregada em
função do problema**



BLOCO 2

Ações executivas por UAs compartilhadas do Estado com outros entes

Detalhamento das Ações Foco nas UAs

Fluxograma de
implementação
da AÇÃO
(8x)

Ficha de
apresentação da
UA (186x)

Ficha da UA com as
Ações (centenas x)

Mapas
temáticos por
Eixo para cada
UA priorizada
(centenas x)

Minutas de
TDRs para a
futura
contratação
das ações

Bloco 1

Projetos estratégicos - Ações estratégicas em escala Estadual

Eixo 1 - Conservação e restauração da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos relacionados a água.

- Mobilização de produtores rurais para adesão ao Cadastro Ambiental Rural **(CAR)** e ao Programa de Regularização Ambiental **(PRA)**.
- Incentivo para a assistência técnica para adequação ambiental e produtiva de imóveis rurais
- Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA).
- Práticas Agrícolas para **Conservação e Restauração**.



Bloco 1

Projetos estratégicos - Ações estratégicas em escala Estadual

Eixo 2 - Produção sustentável e uso racional dos recursos

- **Atualizar de índices de uso racional** e revisão dos parâmetros de comprometimento hídrico.
- Elaborar estudo conceitual e **implantar da rede Estadual de monitoramento da água subterrânea**.
- **Avaliar o potencial de reuso da água** no Estado.
- Desenvolver e **Implantar Programa de eficiência hídrica Estadual**
- **Revisar legislação** sobre reuso da água.
- **Incentivar a implantação de reservatórios** para incremento da oferta hídrica



BLOCO 2

Ações executivas por UAs compartilhadas do Estado com outros entes

Eixo 1 - Conservação e restauração da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos relacionados a água.

1.1.1.1 – **Implementar ações de conservação da biodiversidade** e dos ecossistemas aquáticos em áreas de especial interesse

1.2.1.1 – **Implementar ações de restauração em APPs de corpos hídricos** e nascentes impactadas por usos antrópicos



BLOCO 2

Ações executivas por UAs compartilhadas do Estado com outros entes

Eixo 2 - Produção sustentável e uso racional dos recursos

2.1.1.1 - **Implantar estruturas hidráulicas** para compatibilizar o balanço hídrico de águas superficiais.

2.2.1.1 – **Elaborar estudos hidrogeológicos** para avaliar a disponibilidade hídrica e formalizar instrumentos de regulação para o uso das águas subterrâneas.



BLOCO 2

Ações executivas por UAs compartilhadas do Estado com outros entes

Eixo 3 - Saneamento, controle da poluição e obras hídricas

3.1.1.1 - Implantar obras de ampliação e ações de recuperação de **sistemas de abastecimento de água**, adotando tecnologias mais eficientes.

3.2.2.1 - Implantar sistemas individuais de tratamento de **esgotos domésticos ou coletivos para as pequenas comunidades rurais**.

3.3.1.1 - Elaborar **Planos Municipais de Gerenciamento de Riscos de cheias**.



Segundo o Estado da Arte das Pastagens em Minas Gerais, publicado em 2015, 75% das pastagens do estado se encontravam em estágio moderado ou fortemente degradado. A preocupação com a expansão da fronteira agrícola e com a concentração de atividades agropecuárias é um relato já anteriormente observado no PERH-MG, em 2011. Dados do projeto MapBiomas em 2023 (coleção 9) identificam 80.668,5 km² de pastagens degradadas no estado de Minas Gerais. A exploração sem o manejo adequado do solo e da água provoca a degradação das condições ambientais, entre as quais podemos citar a compactação e erosão dos solos, assoreamento de cursos d'água e redução do fluxo de base e da capacidade de armazenamento de água no solo. Apesar da adoção do Programa PRA Produzir Sustentável no estado, se faz necessária uma ação diretamente voltada para a promoção de práticas agrícolas conservacionistas. Estas práticas, ao mesmo tempo que previnem o processo de degradação ambiental, possibilitam o aumento da produtividade agrícola.

A ação consiste em promover práticas agrícolas de conservação do solo e da água e de restauração de terrenos agropecuários degradados. Torna-se prioritária a sensibilização dos produtores rurais para as práticas agropecuárias que representam riscos ambientais relevantes, e sua mobilização para a adoção de práticas conservacionistas de reduzido impacto ambiental, capazes de promover aumento na produtividade agrícola e fazendo uso de tecnologias compatíveis com os sistemas de produção e as condições ambientais e socioeconômicas de cada localidade. Entre elas, podemos destacar o terraceamento e a construção de barraginhas, para controle da erosão e aumento da infiltração no solo. As zonas prioritárias para esta ação fazem vir do cruzamento entre as zonas de pastagem degradada observadas pelo MapBiomos e as zonas prioritárias inicialmente definidas no programa de Manejo e Conservação de Solos e Águas em Microbacias da Zona Rural de Minas Gerais (PMCSA-RURAL) do PERH-MG de 2011. A atuação nessas regiões deverá ocorrer de forma colaborativa e alinhada a demais iniciativas e políticas públicas relacionadas. Como o Programa PRA Produzir Sustentável, especialmente no que tange ao suporte a regularização ambiental dos imóveis rurais, diagnóstico do território e realização de oficinas. Dessa forma, preza-se pelo desenvolvimento de um processo integrado, participativo e adaptativo, cuja continuidade das ações e de seus efeitos a longo prazo seja sustentada pela formação de uma cultura de boas práticas e pela agregação de valor à produção rural. A meta proposta foi baseada em valores de referência da Seapa. A última atividade da ação é de monitoramento e foi incluída por ser importante para o acompanhamento e a manutenção dos resultados, embora não pontuem nos indicadores de implementação.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS DA AÇÃO ESTRATÉGICA	
Orçamento geral da ação	R\$ 981/barraginha; R\$ 4.431/km de terraço; R\$ 8.101/hectare para recuperação de pastagens
Órgão executor	IEF, ONGs e Sociedade Civil.
Intervenientes	SEMAD, IGAM, IEF, ANA, Comitês e Agências de Bacias Hidrográficas, Emater-MG, Prefeituras, ONGs, Universidades e Cooperativas.
Fonte de recursos	FHIDRO, PECMA, Recursos da Cobrança, ONGs, Emendas, Bancos de Fomento, EMATER.
Natureza da ação	Não estrutural.

COMPONENTE	1.1 - Conservação da biodiversidade
PROGRAMA	1.1.1 - Proteção e conservação da biodiversidade
ACÇÃO FOCO DO PMSH	1.1.1.1 - Implementar ações de conservação da biodiversidade e de ecossistemas aquáticos em áreas de especial interesse
OBJETIVO	Promover a conservação de áreas prioritárias de biodiversidade e ecossistemas aquáticos, contribuindo para a manutenção da qualidade e da disponibilidade hídrica no Estado.
META	Implementar ações de conservação em 60% (194,69 km²) das áreas indicadas para conservação da biodiversidade e ecossistemas aquáticos até o ano 19 do horizonte do PMSH.

JUSTIFICATIVA

A identificação de áreas prioritárias para conservação da biodiversidade que não estão atualmente protegidas e sofrem com atividades antrópicas evidencia a necessidade de uma ação direcionada a conservação desses locais que possuem alto potencial para contribuir com a regulação ecossistêmica e a segurança hídrica.

DESCRIÇÃO DA AÇÃO FOCO

A Unidade Agregada 17, localizada na UEG 1, no centro de Minas Gerais, apresentou prioridade 4 (sendo 1 – mais prioritária e 10 – menos prioritária) no Eixo 1 – Conservação e restauração da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos relacionadas à água, significando que essa é uma área importante para a implementação de ações nesse eixo. A UA apresenta 279,21 km² de áreas para conservação, o que representa 15,04% do território dessa unidade. Adicionalmente, há 113,2 km de trechos de rios indicados conservação da biodiversidade e de ecossistemas aquáticos na UA. Nesse contexto, recomenda-se a implementação de ações voltadas à conservação da biodiversidade e dos ecossistemas aquáticos em áreas de especial interesse da Unidade Agregada. As atividades incluem a seleção das áreas a serem contempladas, o levantamento e a mobilização de produtores rurais localizados nessas áreas estratégicas, sensibilizando-os sobre a importância e as vantagens da criação de RPPNs e da adoção de outros instrumentos de conservação. Também serão realizadas etapas de identificação de potenciais beneficiários e de chamamento dos interessados. Deve-se incorporar, ainda, ações de educação ambiental para sensibilizar os atores locais sobre as espécies presentes na região e a importância da preservação desses habitats para a manutenção da recarga hídrica. Com o conhecimento das áreas e responsáveis, e utilizando instrumentos de avaliação adequados, serão definidas as ações específicas a serem realizadas em cada local. A execução deve ocorrer em articulação com o programa "PRA Produzir Sustentável" e contar com instrumentos de fomento econômico, como o Programa Produtor de Água, editais estaduais de PSA e outros mecanismos aplicáveis.

A previsão é que as ações específicas de conservação alcancem 41,88 km² e 16,98 km de rio até ano 13 de execução do PMSH, ampliem-se para 83,76 km² e 33,96 km de rio até o ano 16, e atinjam 167,53 km² e 67,92 km de rio conservados ao final do ano 19 de vigência do Plano.

Índice de priorização da UA na componente (1 a 10)

1 = mais prioritário; 10 = menos prioritário	Eixo 1 - Conservação		Eixo 1 - Restauração		CARACTERIZAÇÃO DA UA - CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO			
	4		4		Use do solo		UCs	
					Área com uso do solo natural	Área com uso do solo antrópico	Área de UCs Proteção Integral	Área de UCs Uso Sustentável
	DETALHAMENTO DA AÇÃO FOCO				577,43 km²	1.278,67 km²	44,27 km²	263,06 km²
Orçamento da ação na UA	R\$ 37.985.300				Biomass	APPs	Conservação	
Órgão executor	IEF e ONGs.				Área do bioma Mata Atlântica	Área de APPs de Corpo Hídrico	Área para Conservação da Biodiversidade e Ecossistemas Aquáticos	
					1.856,09 km²	280,51 km²		
Intervenientes	SEMAD, IGAM, IEF, ANA, Comitês e Agências de Bacias Hidrográficas, Emater-MG, Prefeituras, ONGs, Universidades e Cooperativas.				Área do bioma Cerrado	Área de APPs de Corpo Hídrico antropizada	279,21 km²	
Fonte de recursos	FHIDRO, Recursos da Cobrança, PECMA, ONGs, Emendas, Bancos de Fomento e outros agentes definidos na atividade 1.				0,00 km²	193,53 km²	Extensão de Trecho de Rio Prioritário para Conservação da Biodiversidade e Ecossistemas Aquáticos	
Natureza da ação	Não estrutural.				Área do bioma Cerrado	Área de APPs antropizada em Área para Restauração		
					0,00 km²	69,13 km²	113,20 km	

ATIVIDADES DA AÇÃO FOCO

NOTAS

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DA AÇÃO FOCO

Nenhuma atividade executada			ANO																														
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30				
1																																	
2																																	
3																																	
4																																	
5																																	
6																																	
7																																	
8																																	
9																																	
10																																	

JUSTIFICATIVA

O PMSH dividiu Minas Gerais em 186 Unidades Agregadas e, por meio do Índice Global, priorizou 45 delas (níveis 1 a 4) para a execução inicial de ações. Entre essas, a UA 27 localizada na UEG 1 foi classificada como prioridade 3, representando uma área crítica do Estado e, portanto, o foco inicial desta ação. A constituição de arranjos institucionais e financeiros nessa UA é condição essencial para viabilizar a execução dos projetos do PMSH, garantindo legitimidade política, sustentabilidade econômica e a articulação entre prefeituras, comitês de bacia, associações locais, consórcios intermunicipais e demais atores estratégicos.

DESCRIÇÃO DA AÇÃO ESTRATÉGICA	
A	Ação consiste em estruturar arranjos institucionais e financeiros que viabilizem a implementação do PMSH na UA 27. Para tanto, prevê-se a identificação e mobilização dos atores locais, a realização de reuniões iniciais e a constituição de grupos de trabalho com participação de prefeituras, comitês de bacia, associações de produtores, consórcios intermunicipais, órgãos estaduais, setor privado e demais parceiros estratégicos. Serão promovidas capacitações e oficinas de nivelamento sobre o PMSH, seguidas de diagnósticos rápidos participativos para validar os problemas, atualizar o levantamento de projetos em andamento e alinhar expectativas locais. Esses insumos subsidiarão a elaboração de um documento integrado de projetos para a UA, acompanhado do mapeamento de fontes de financiamento disponíveis. Por fim, serão estabelecidos instrumentos de pactuação entre o IGAM e os atores locais, conferindo legitimidade política e institucional aos arranjos. As ações pactuadas serão posteriormente organizadas e inseridas em um Manual Operativo, no qual os projetos serão incorporados ao sistema de acompanhamento e monitoramento do PMSH. As atividades serão implementadas de forma escalonada, conforme a prioridade das UAs: anos 1 e 2 (prioridade 1), anos 4 e 5 (prioridade 2), anos 7 e 8 (prioridade 3) e anos 9 e 10 (prioridade 4).

A ação consiste em estruturar arranjos institucionais e financeiros que viabilizem a implementação do PMSH na UA 27. Para tanto, prevê-se a identificação e mobilização dos atores locais, a realização de reuniões iniciais e a constituição de grupos de trabalho com participação de prefeituras, comitês de bacia, associações de produtores, consórcios intermunicipais, órgãos estaduais, setor privado e demais parceiros estratégicos. Serão promovidas capacitações e oficinas de nivelamento sobre o PMSH, seguidas de diagnósticos rápidos participativos para validar os problemas, atualizar o levantamento de projetos em andamento e alinhar expectativas locais. Esses insumos subsidiarão a elaboração de um documento integrado de projetos para a UA, acompanhado do mapeamento de fontes de financiamento disponíveis. Por fim, serão estabelecidos instrumentos de pactuação entre o IGAM e os atores locais, conferindo legitimidade política e institucional aos arranjos. As ações pactuadas serão posteriormente organizadas e inseridas em um Manual Operativo, no qual os projetos serão incorporados ao sistema de acompanhamento e monitoramento do PMSH. As atividades serão implementadas de forma escalonada, conforme a prioridade das UAs: anos 1 e 2 (prioridade 1), anos 4 e 5 (prioridade 2), anos 7 e 8 (prioridade 3) e anos 9 e 10 (prioridade 4).

Orçamento geral da ação	*
Órgão executor	Igam.
Intervenientes	Semad, Arsae, Feam, Ief, Seapa, Emater, Agências/CBHs, Municípios, Associações de produtores e consórcios intermunicipais, Concessionárias de saneamento, Setor privado e outros.
Fonte de recursos	Custeio.
Natureza da ação	Não estrutural.

Localização	
	
Unidade Estratégica de Gestão (UEG)	UEG3 - Afluentes do Rio Grande
Circunscrição Hidrográfica (CH)	GD1 - Alto rio Grande

UA	Eixo 1		Eixo 2			Eixo 3				Quantidade de ações
	Ação 1.1.1.1	Ação 1.2.1.1	Ação 2.1.1.1	Ação 2.1.1.2	Ação 2.2.1.1	Ação 3.1.1.1	Ação 3.2.1.1	Ação 3.2.2.1	Ação 3.3.1.1	
68										2
69										2
70										3
71										2
72										3
73										2
74										1
75										4
76										2
77										3
78										4
79										3
80										2
81										4
82										3
83										5
84										2
85										5
86										3
87										1
88										2
89										1
91										2
92										1
94										1
95										3
96										1
97										3
Total UEG3	21	13	8	8	3	1	13	13	11	70

Circunscrição Hidrográfica (CH) GD5 - Rio Sapucaí

Área da UA	2.443,67 km²
------------	--------------

População total da UA	445.025 hab.
-----------------------	--------------

Eixo 1 - Conservação	3
----------------------	---

Eixo 1 - Restauração	3
----------------------	---

Eixo 2 - Superficial	1
----------------------	---

Eixo 2 - Subterrâneo	5
----------------------	---

Eixo 3 - Água	7
---------------	---

Eixo 3 - Esgoto	4
-----------------	---

Eixo 3 - Cheias	4
-----------------	---

[illegible]

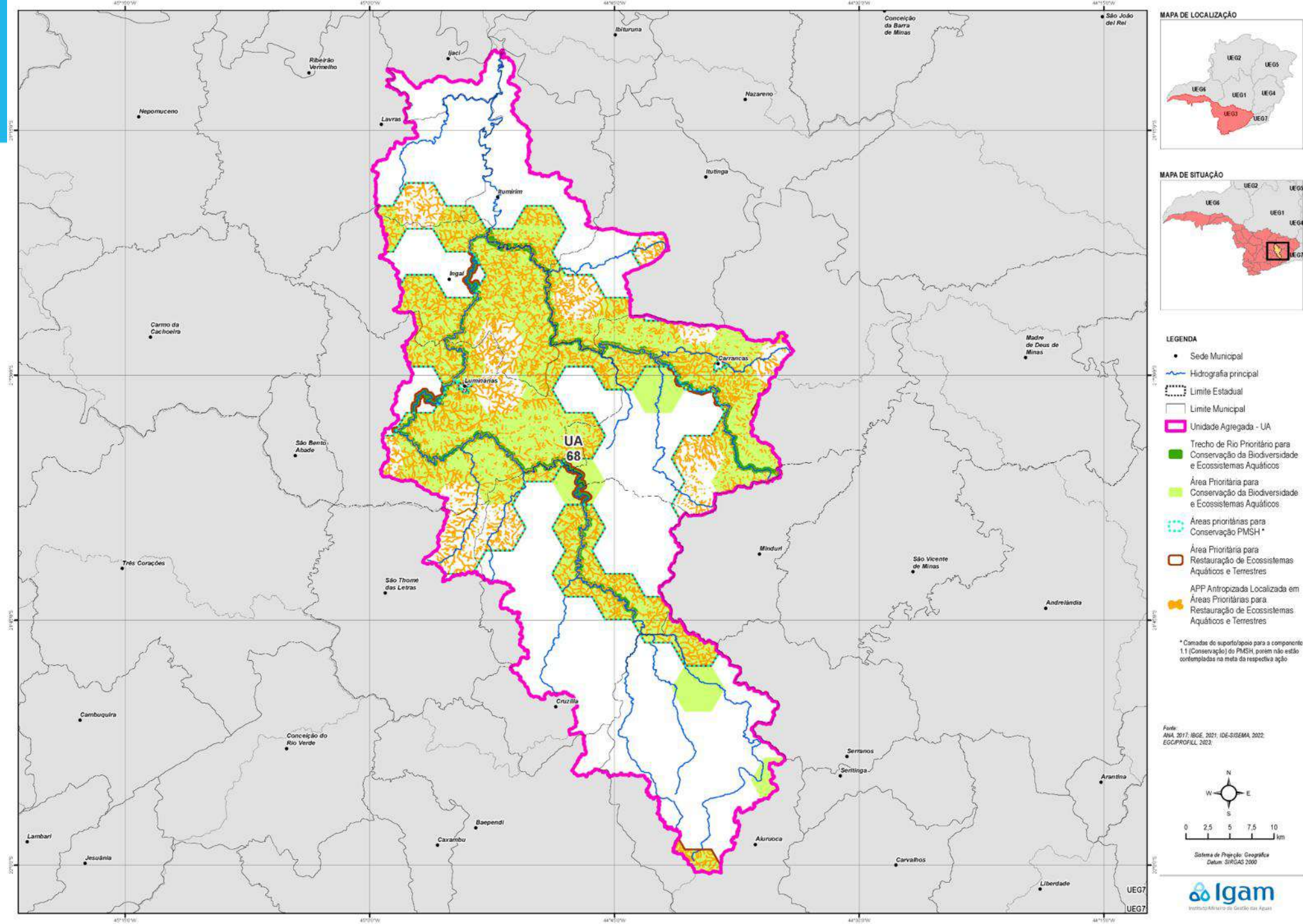
Detalhamento da Ação			Localização			
Aderência ao Banco de Projetos do PMSH	Ação complementar	Origem da Ação	UEG	CH	UA	Município(s)
Arranjo Institucional	Aproveitamento dos Planos Diretores Municipais existentes	PDRH	UEG3	GD5	82, 83, 84	
Arranjo Institucional	Estudos de viabilidade da criação da Agência da bacia do Rio Sapucaí e/ou integração com a futura Agência da bacia do Rio Grande	PDRH	UEG3	GD5	82, 83, 84	
Arranjo Institucional	Fortalecimento do CBH Sapucaí, com ampliação da participação de representantes do poder público do alto, médio e baixo Sapucaí	PDRH	UEG3	GD5	82, 83, 84	
Arranjo Institucional	Maior integração do CBH com os órgãos do SISEMA	PDRH	UEG3	GD5	82, 83, 84	
Estratégia I (Instr. Gestão de Rec. Hídricos)	Buscar a redução dos custos e simplificação dos processos de outorga e licenciamento	PDRH	UEG3	GD5	82, 83, 84	
Estratégia I (Instr. Gestão de Rec. Hídricos)	Elaboração da proposta e implantação do enquadramento dos cursos d'água da bacia do Rio Sapucaí	PDRH	UEG3	GD5	82, 83, 84	
Estratégia I (Instr. Gestão de Rec. Hídricos)	Estudo de viabilidade para implantação de um instrumento de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos	PDRH	UEG3	GD5	82, 83, 84	
Estratégia I (Instr. Gestão de Rec. Hídricos)	Estudos para definição da vazão de referência mais adequada a bacia do Rio Sapucaí	PDRH	UEG3	GD5	82, 83, 84	
Estratégia I (Instr. Gestão de Rec. Hídricos)	Regularização dos usos por meio da concessão de outorgas, sob rigoroso controle, buscando aperfeiçoar e facilitar o cadastramento de usuários, principalmente os de uso insignificante	PDRH	UEG3	GD5	82, 83, 84	
Estratégia I (Instr. Gestão de Rec. Hídricos)	Solução de conflitos de uso da água	PDRH	UEG3	GD5	82, 83, 84	
Estratégia II (Comunicação e Capacitação)	Criação de Unidades Demonstrativas da cultura sustentável e de geração de energia	PDRH	UEG3	GD5	82, 83, 84	
Estratégia II (Comunicação e Capacitação)	Divulgação das ações ambientais realizadas pelos municípios da GD5	PDRH	UEG3	GD5	82, 83, 84	
Estratégia II (Comunicação e Capacitação)	Elaboração de programas de educação ambiental para as escolas do ensino fundamental e médio, em parceria com as Superintendências Estaduais de Ensino	PDRH	UEG3	GD5	82, 83, 84	
Estratégia II (Comunicação e Capacitação)	Incentivo a realização de cursos profissionalizantes em turismo rural, ecoturismo, hotelaria e áreas afins, para capacitação da mão de obra local em consonância com a vocação turística da região	PDRH	UEG3	GD5	82, 83, 84	
Estratégia II (Comunicação e Capacitação)	Participação/ajuda na promoção de eventos relativos às datas comemorativas ambientais (dia mundial do Meio Ambiente, dia da água, dia da árvore, destinação de resíduos etc.) junto com órgãos municipais de Meio Ambiente	PDRH	UEG3	GD5	82, 83, 84	
Estratégia II (Comunicação e Capacitação)	Programa de Treinamento, com palestras e cursos dignos aos agricultores locais, que abordem temas como a utilização segura de agrotóxicos e descarte de vasilhames; técnicas de cultivo apropriadas ao relevo local; irrigação adequada; definição de áreas de proteção permanente e averbação de reserva legal	PDRH	UEG3	GD5	82, 83, 84	
Estratégia II (Comunicação e Capacitação)	Programa de divulgação, sensibilização e articulação com os atores estratégicos da bacia	PDRH	UEG3	GD5	82, 83, 84	
Estratégia II (Comunicação e Capacitação)	Programa de incentivo à criação de cursos para formação de pessoal especializado e de capacitação de professores	PDRH	UEG3	GD5	82, 83, 84	
Estratégia II (Comunicação e Capacitação)	Promoção de campanhas publicitárias, veiculadas em mídia impressa, rádio, TV e outros, que abordem temas de educação ambiental como, por exemplo, o incentivo a coleta seletiva do lixo; consumo consciente; preservação de rios e nascentes; diminuição do uso de plástico	PDRH	UEG3	GD5	82, 83, 84	
Estratégia II (Comunicação e Capacitação)	Reuniões de discussão: simpósios, fóruns, eventos para discutir a Gestão de Recursos Hídricos na Bacia do Rio Sapucaí	PDRH	UEG3	GD5	82, 83, 84	
Estratégia III (Monitoramento qualitativo dos rec. hídricos)	Ampliação e otimização da rede de monitoramento da quantidade e qualidade da água	PDRH	UEG3	GD5	82, 83, 84	

PLANO MINEIRO DE SEGURANÇA HÍDRICA - FICHA DE AÇÃO	Eixo 3 - Saneamento, controle da poluição e obras hídricas				
	COMPONENTE	3.1 - Abastecimento de água			
	PROGRAMA	3.1.1 - Ampliação e melhoria dos Sistemas de Abastecimento de Água, controle e redução de perdas nos sistemas de abastecimento			
	AÇÃO FOCO DO PMSH	3.1.1.1 - Implantar obras de ampliação e ações de recuperação de sistemas de abastecimento de água, adotando tecnologias mais eficientes			
	OBJETIVO	Aumentar a segurança hídrica do abastecimento humano utilizando mananciais com menor criticidade hídrica.			
	META	Total das captações de água superficiais / subterrânea para abastecimento público em áreas não críticas (bacias com comprometimento hídrico inferior a 50%, no caso de águas superficiais e aquíferos com balanço hídrico superior a 80% em termos de disponibilidade hídrica excedente); 100% dos usos da água do setor na bacia com índice dentro da faixa considerada racional / eficiente.			
	JUSTIFICATIVA				
	Na etapa de levantamentos diagnósticos do presente estudo, foram consultados os relatórios do Atlas Águas da ANA, no qual são apresentados os Índices de Segurança Hídrica urbanos de todos os municípios do país. Em 40% dos municípios mineiros possuem ISH urbano mínimo, baixo e médio, sendo que 5% estão classificados nos dois níveis mais críticos, o que significam 45 municípios nestas classificações.				
	DESCRIÇÃO DA AÇÃO FOCO		ATIVIDADES DA AÇÃO FOCO		NOTA
	A ampliação e recuperação dos sistemas de abastecimento de água está diretamente ligada ao aumento da segurança hídrica, através do pleno provimento de água para toda a população mineira, tendo em vista a legislação vigente sobre o tema, principalmente a Lei Federal nº 14.026/2020, que estabelece o índice de 99% de toda a população abastecida até 2033. Dessa forma, a ação tem início na etapa de estudos e projetos de ampliação, que deverão considerar a projeção das populações e demandas futuras, além da avaliação das condições operacionais das infraestruturas existentes e promover melhorias operacionais ao sistema, incorporando tecnologias mais eficientes para minimizar, dentre outras, as perdas na distribuição de água. Além disso, deve-se restringir a escolha dos mananciais propostos à existência de barragens de mineração a montante que possam atingir a captação. Em âmbito municipal, a responsabilidade pela contratação dos projetos é dos operadores do sistema, ou seja, prefeituras, autarquias municipais e outras entidades, como concessionárias de saneamento atuantes em MG. Já em nível estadual, o Governo do Estado de Minas Gerais através da SEMAD, COPASA e IGAM poderão assumir a responsabilidade da ação. A ANA poderá, também, ser envolvida no processo caso sejam identificadas interferências em âmbito federal. Ainda, se preciso, deverão ser adquiridas áreas para ampliação dos sistemas, além de obtenção de recursos e execução de licitações, licenciamento ambiental e outorgas. Deve-se prever o monitoramento ao longo da implantação e operação dos empreendimentos para avaliar a eficiência em termos de aumento da oferta hídrica. Analogamente ao que está previsto para outros setores usuários na ação de implementar ações para o incremento na eficiência de usos da água, deve-se prever também medidas de otimização das demandas de água pelo setor de abastecimento público. Por fim, espera-se que as captações de água superficiais / subterrâneas para abastecimento público estejam em áreas não críticas (bacias com comprometimento hídrico inferior a 50%). Também é esperado que 100% dos usos da água do setor na bacia possuam índice dentro da faixa considerada racional / eficiente, com redução de perdas na distribuição e pleno abastecimento populacional.		Nenhuma atividade executada		0.00
1			Formalização de fontes de recursos para estudos ambientais e projetos	-	
2			Elaboração de termo de referência para contratação de estudos de concepção, projetos básico e executivo para implantação de obras de ampliação e melhoria dos SAAs dos municípios da UA	-	
3			Elaboração de termo de referência para contratação de estudos ambientais	-	
4			Contratação de estudos de concepção, projetos básico e executivo para implantação de obras de ampliação e melhoria dos SAAs dos municípios da UA	-	
5			Contratação de estudos ambientais	-	
6			Elaboração dos estudos de concepção, projetos básico e executivo para implantação de obras de ampliação e melhoria dos SAAs dos municípios da UA	0.25	
7			Elaboração dos estudos ambientais	-	
8			Elaboração dos memoriais de desapropriação	-	
9			Definição de metodologia e estruturas necessárias para o monitoramento dos resultados da ação	-	
10			Formalização de fontes de recursos para execução das obras	0.50	
11			Obtenção de outorga	-	
12			Obtenção de demais anuências ou documentos necessários	-	
13			Obtenção da licença ambiental prévia das obras	-	
14			Elaboração de termo de referência para contratação de empresa para execução das obras para implantação de obras de ampliação e melhoria dos SAAs dos municípios da UA	-	
15			Contratação de empresa para execução das obras para implantação de obras de ampliação e melhoria dos SAAs dos municípios da UA	-	
16			Procedimentos de desapropriação e aquisição da área de implantação das obras de ampliação e melhoria dos SAAs dos municípios da UA	-	
17			Obtenção da licença ambiental de instalação das obras	-	
18			Execução das obras de ampliação e melhoria dos SAAs dos municípios da UA	0.75	
19			Implementação das estruturas necessárias para o monitoramento dos resultados da ação (monitoramento qualiquantitativo nos mananciais de captação de água para abastecimento público e índices de atendimento)	-	
20			Obtenção da licença ambiental de operação das obras	-	
21	Elaboração de relatório anual de monitoramento dos resultados das ações (qualidade da água de abastecimento e índices de atendimento)	1.00			
INFORMAÇÕES ADICIONAIS DA AÇÃO FOCO					
Meta estadual	Total das captações de água superficiais / subterrânea para abastecimento público em áreas não críticas (bacias com comprometimento hídrico inferior a 50%, no caso de águas superficiais e aquíferos com balanço hídrico superior a 80% em termos de disponibilidade hídrica excedente); 100% dos usos da água do setor na bacia com índice dentro da faixa considerada racional / eficiente. Corresponde a 44 Unidades Agregadas prioritárias no Estado.	Órgão executor	Municipal/Estadual: Autarquias municipais, Prefeituras, entidades municipais, COPASA, SEMAD, IGAM, FEAM, ANA, IBAMA		
Orçamento geral da ação (MG)	R\$ 9,391,084,426	Intervenientes	FEAM, IGAM		
		Fonte de recursos	IGAM		
Prazo	A ação deve se estender durante todo o horizonte de implementação do PMSH, sendo que nas UAs prioritárias (níveis de prioridade 1 a 4) no Eixo 3 - Abastecimento de água deve ser iniciada no ano 1 - prazo imediato. Nas UAs menos prioritárias (acima de 4 no eixo), a ação será iniciada no ano 4 (curto prazo).	Natureza da ação	Estrutural		
		  			

PLANO MINEIRO DE SEGURANÇA HÍDRICA - FICHA DE AÇÃO	Eixo 3 - Saneamento, controle da poluição e obras hídricas				
	COMPONENTE	3.2 - Esgotamento sanitário			
	PROGRAMA	3.2.1 - Ampliação e melhoria dos Sistemas de Esgotamento Sanitário em área urbana			
	AÇÃO FOCO DO PMSH	3.2.1.1 - Implantar obras de ampliação e ações de recuperação de sistemas de tratamento de esgotos, adotando tecnologias mais eficientes			
	OBJETIVO	Melhorar a qualidade das águas superficiais, por meio da diminuição do aporte de cargas poluidoras advindas de sistemas de esgotamento sanitário de áreas urbanas.			
	META	Garantir que 100% dos esgotos domésticos gerados sejam tratados, atendendo aos parâmetros de lançamento estadual e à classe de enquadramento do corpo receptor.			
	JUSTIFICATIVA				
	Os índices de atendimento de sistemas de esgotamento sanitário atualmente estão aquém das metas estabelecidas pelo PLAN SAB e pelo NMLS. O avanço e as melhorias no tratamento de esgotos traz benefícios no tocante ao aspecto qualitativo das águas. A previsão das ações relacionadas a esgotamento sanitário se faz necessária para garantir disponibilidade hídrica em qualidade necessária aos usos de recursos hídricos.				
	DESCRIÇÃO DA AÇÃO FOCO		ATIVIDADES DA AÇÃO FOCO		NOTA
	Apesar de não representar ganhos diretos em termos quantitativos para o balanço hídrico, o avanço na coleta e as melhorias no tratamento de esgoto trazem benefícios importantes no tocante ao aspecto qualitativo das águas, garantindo que o corpo receptor permaneça em sua classe de enquadramento estabelecida. Cabe reforçar que a Lei Federal nº 14.026/2020 também define os níveis de atendimento para a população com coleta e tratamento de esgoto, que corresponde a 90% da população contemplada com o tratamento do esgoto doméstico coletado, a serem atingidos também em 2033. Dessa forma, a ação tem início na etapa de estudos e projetos de ampliação, que deverão considerar: a projeção das populações e contribuições futuras, além da avaliação das condições operacionais das infraestruturas existentes e promover melhorias operacionais ao sistema, incorporando tecnologias de tratamento atuais e eficientes para atender às condições e padrões de lançamento de efluentes estabelecidos na DN COPAM-CERH/MG nº 8/2022. Ainda, se preciso, deverão ser adquiridas áreas para ampliação dos sistemas, além de obtenção de recursos e execução de licitações, licenciamento ambiental e outorgas. Em âmbito municipal a responsabilidade pela contratação dos projetos é dos operadores do sistema, ou seja, prefeituras, autarquias municipais e outras entidades, como concessionárias de saneamento atuantes em MG. Já em nível estadual, o Governo do Estado de Minas Gerais através da SEMAD, COPASA e IGAM poderão assumir a responsabilidade da ação. A ANA poderá, também, ser envolvida no processo caso sejam identificadas interferências em âmbito federal. Ainda, se preciso, deverão ser adquiridas áreas para ampliação dos sistemas, além de obtenção de recursos e execução de licitações, licenciamento ambiental e outorgas. Deve-se prever o monitoramento ao longo da implantação e operação dos empreendimentos para avaliar a eficiência em termos de qualidade da água, atrelado ao processo de licenciamento para os operadores do sistema. Com a implantação da ação, espera-se elevar a qualidade dos trechos de corpos receptores de esgoto, para contribuir com o atendimento à classe de enquadramento prevista, além de garantir que a população urbana tenha acesso à prestação deste serviço, contribuindo inclusive com a saúde pública. Deverão ser elaborados e apresentados relatórios periódicos de monitoramento do corpo d'água a montante e a jusante do ponto de lançamento dos efluentes tratados para gerar subsídios quantitativos que comprovem a eficiência do tratamento. Na falta de um diagnóstico da situação anterior da qualidade da água do trecho, é necessário realizar uma comparação dos trechos de montante e jusante do lançamento, utilizando-se dos dados históricos do monitoramento qualitativo do IGAM.		Nenhuma atividade executada		0.00
1			Formalização de fontes de recursos para estudos de enquadramento, estudos ambientais e projetos	-	
2			Elaboração de termo de referência para contratação de estudos de enquadramento dos corpos de água superficiais da bacia onde está inserida a UA	-	
3			Contratação de estudos de enquadramento dos corpos de água superficiais da bacia onde está inserida a UA	-	
4			Elaboração do estudo de enquadramento	0.25	
5			Aprovação e formalização do enquadramento proposto	0.50	
6			Elaboração termo de referência para contratação de estudos de concepção, projetos básico e executivo para implantação das ações previstas no PEE	-	
7			Elaboração de termo de referência para contratação de estudos ambientais	-	
8			Contratação de estudos de concepção, projetos básico e executivo para implantação das ações previstas no PEE	-	
9			Contratação de estudos ambientais	-	
10			Elaboração dos estudos de concepção, projetos básico e executivo para implantação das ações previstas no PEE	0.75	
11			Formalização de fontes de recursos para execução das obras	-	
12			Elaboração dos estudos ambientais	-	
13			Elaboração dos memoriais de desapropriação	-	
14			Obtenção de outorgas das obras das ações previstas no PEE	-	
15			Obtenção de licenças ambientais prévias de implantação das obras das ações previstas no PEE	-	
16			Definição de metodologia e estruturas necessárias para o monitoramento dos resultados da ação	-	
17			Elaboração de termo de referência para contratação de empresa para execução das obras das ações previstas no PEE	-	
18			Contratação de empresa para execução das obras das ações previstas no PEE	-	
19			Procedimentos de desapropriação e aquisição da área de implantação das obras das ações previstas no PEE	-	
20			Obtenção de licenças ambientais de instalação de implantação das obras das ações previstas no PEE	-	
21			Execução das obras das ações previstas no PEE	1.00	
22			Implantação das estruturas necessárias para o monitoramento dos resultados da ação (monitoramento qualiquantitativo nos mananciais de lançamento de efluentes tratados pelas ETES)	-	
23			Obtenção de licenças ambientais de operação das obras das ações previstas no PEE	-	
24	Elaboração de relatório anual de monitoramento dos resultados da ação (qualidade dos mananciais receptores de efluentes tratados)	-			
INFORMAÇÕES ADICIONAIS DA AÇÃO FOCO					
Meta estadual	Garantir que 100% dos esgotos domésticos gerados sejam tratados, atendendo aos parâmetros de lançamento estadual e à classe de enquadramento do corpo receptor. Corresponde a 66 Unidades Agregadas prioritárias no Estado.	Órgão executor	Municipal/Estadual: Autarquias municipais, Prefeituras, entidades municipais, COPASA, SEMAD, IGAM, FEAM, CODEVASF, DNOCS, ANA, IBAMA		
Orçamento geral da ação (MG)	R\$ 6,816,327,656	Intervenientes	FEAM, IGAM		
		Fonte de recursos	IGAM		
Prazo	A ação deve se estender durante todo o horizonte de implementação do PMSH, sendo que nas UAs prioritárias (níveis de prioridade 1 a 4) no Eixo 3 - Esgotamento sanitário deve ser iniciada no ano 1 - prazo imediato. Nas UAs menos prioritárias (acima de 4 no eixo), a ação será iniciada no ano 4 (curto prazo).	Natureza da ação	Estrutural		
					

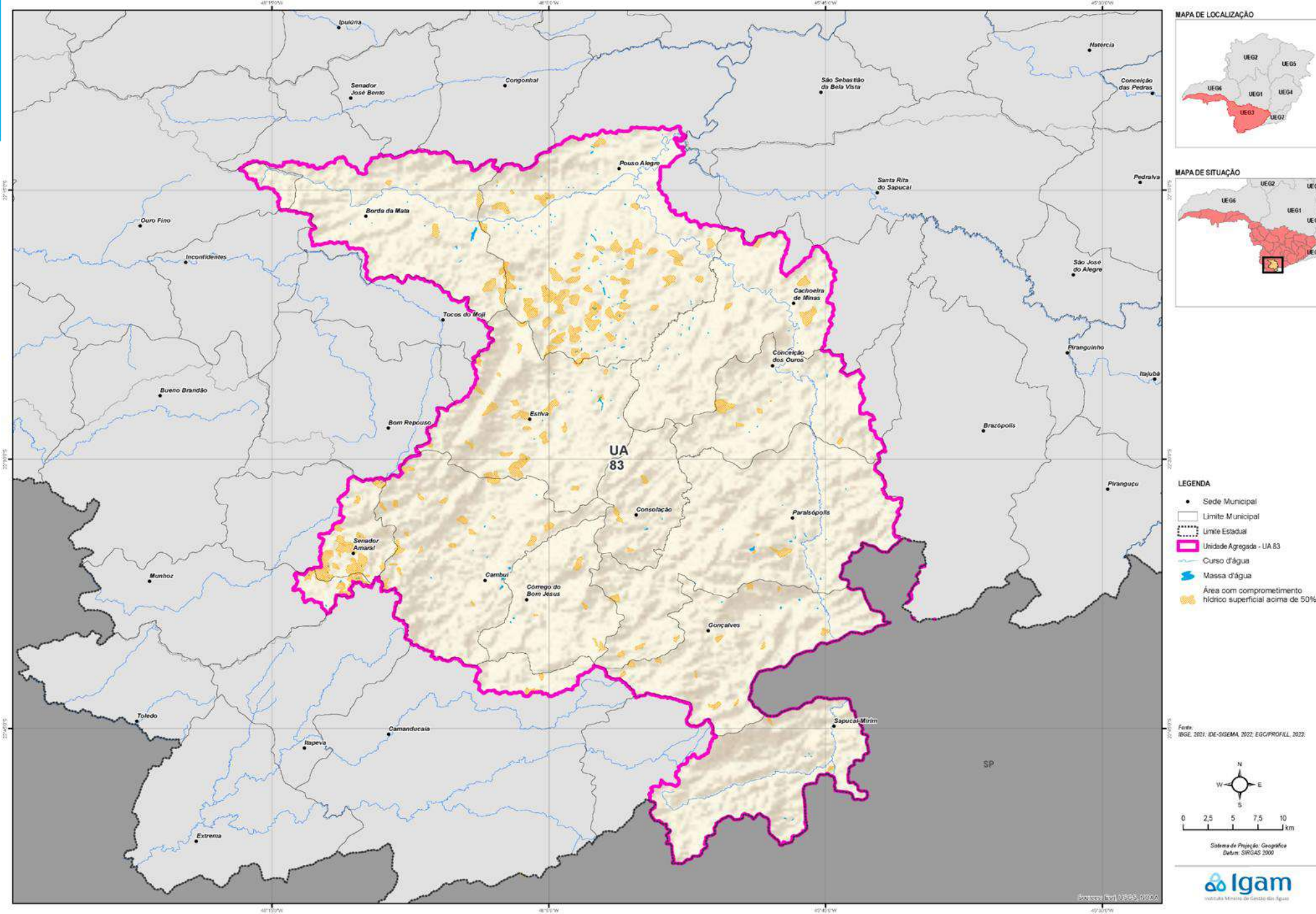
BLOCO 2

Mapa da Ação especificada para as Unidades Agregada Eixo 1

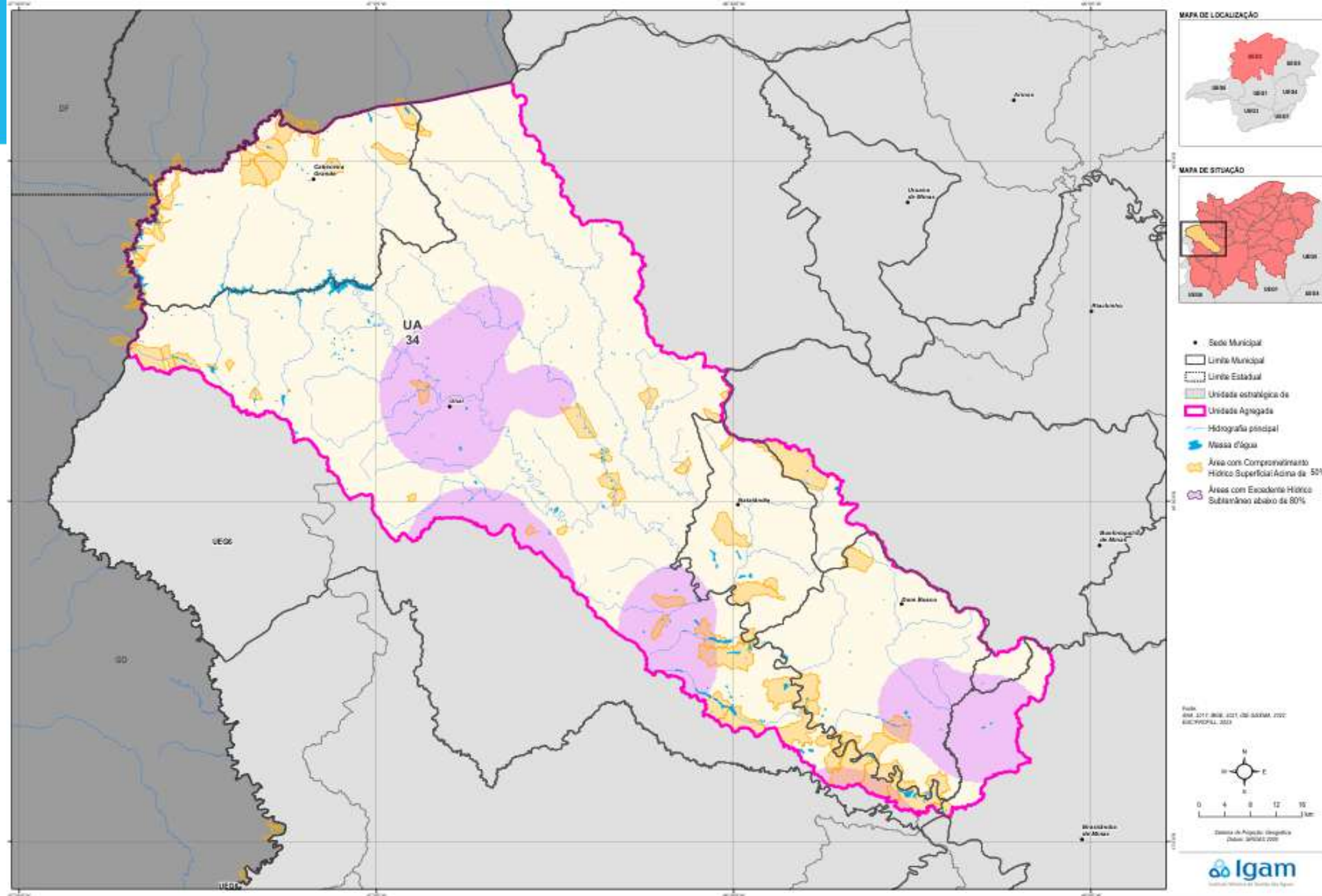


BLOCO 2

**Mapa da
Ação
especificada
para as
Unidades
Agregada
Eixo 2**

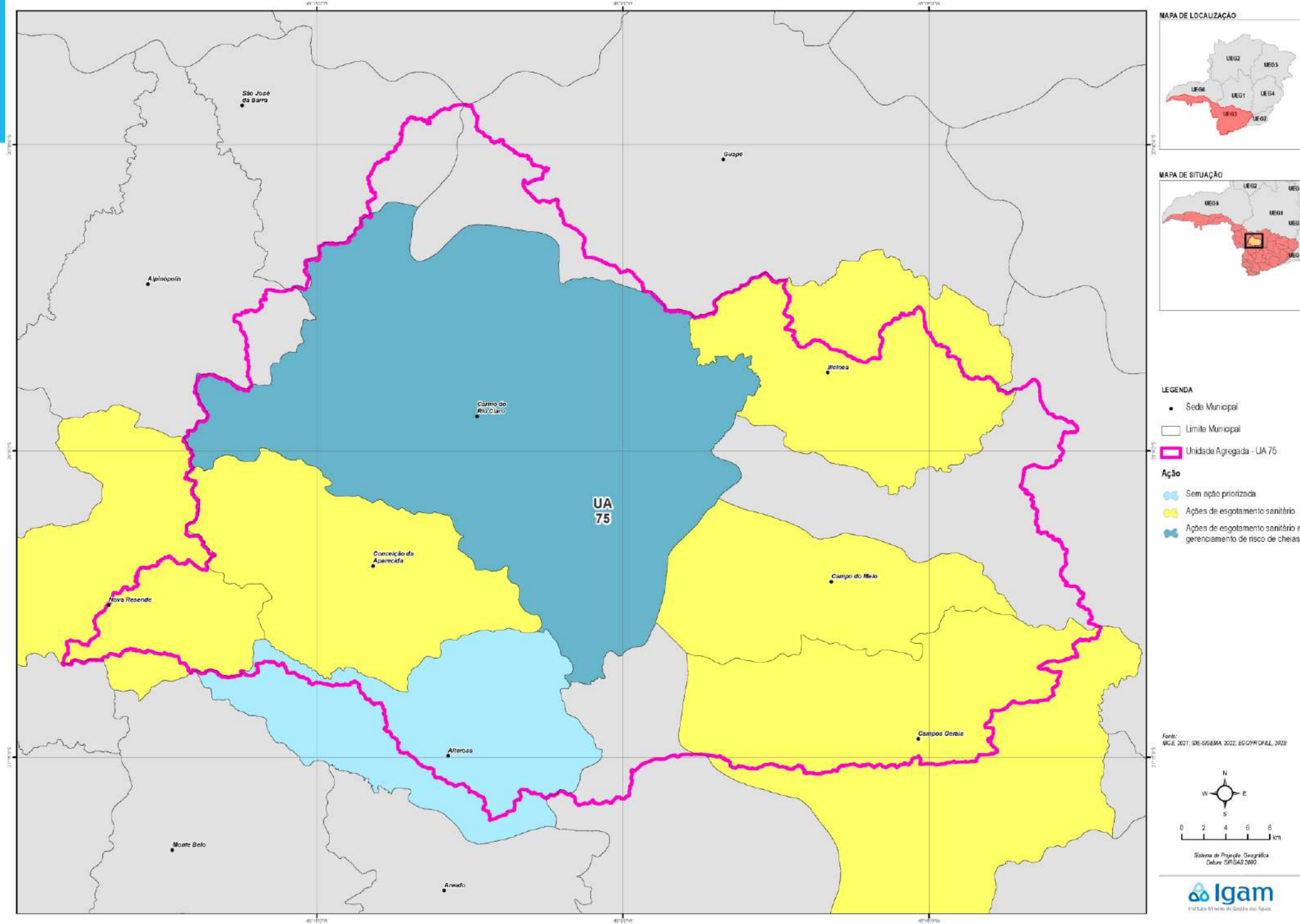


Mapa da Ação especificada para as Unidades Agregada Eixo 2



BLOCO 2

Mapa da Ação especificada para as Unidades Agregada Eixo 3



BLOCO 2



Ficha Resumo de Termo de Referência - TdR



Contratar estudos de concepção e projetos de novos barramentos

TDr da Ação especificada para as Unidades Agregadas

ANTECEDENTES / JUSTIFICATIVA

Foram identificadas regiões com criticidade hídrica su aumento da oferta hídrica através implantação de bar historicamente, a construção de barragens tem se m demanda nos períodos secos. A técnica de barramen estia gens – é reconhecida como uma das formas mai efetivamente "transferindo" a água no tempo, do perío Os barramentos têm como objetivo principal a regular hídrica superficial durante todo o ano. Isso significa q água armazenada, beneficiando o abastecimento hun através da manutenção de uma vazão ecológica. Ess hídrico, contribuindo para a segurança hídrica e reduç As barragens, quando bem projetadas e construídas p requer cuidados técnicos e ambientais: sem um projei entorno e ao meio ambiente.

Este Termo de Referência justifica-se, portanto, pela i do estudo de concepção ao projeto executivo, garanti adequados e seguros em sua futura operação. Assim os investimentos alcancem o objetivo de melhorar o b água.

O aumento da disponibilidade hídrica através da impl como o Governo de Minas Gerais através das Secret de Desenvolvimento Econômico - SEDE, Secretaria d integração com a Companhia de Saneamento de Min: Meio Ambiente de Minas Gerais - FEAM e Instituto de âmbito federal, órgãos como a Agência Nacional de Á e do Pamaiba - CODEVASF e o Departamento Nacio Por se tratar de empreendimentos de média a alta co ações necessárias para a viabilização da obra. Inicialt alternativas, seguidos por projetos básico e executivo do barramento e áreas de desapropriação para a con: licenças ambientais e outorgas junto aos órgãos resp A contratação dos estudos, projetos e obras deverá si implantação dos barramentos é esperado que 100% c implementar ações para o incremento na eficiência de

OBJETIVOS

Melhorar o balanço hídrico superficial na área de abe de barramentos que regularizem a vazão dos cursos l

Objetivos específicos:

- Identificar e avaliar alternativas de intervenções;
- Elaborar os projetos de engenharia (Básico e Execut
- Realizar avaliação ambiental preliminar;
- Garantir compatibilidade legal e institucional.



Ficha Resumo de Termo de Referência - TdR



Contratar estudos de concepção e projetos de novos barramentos

ÁREA DE ABRANGÊNCIA

A área de abrangência deste Termo de Referência co Essa área deverá ser detalhadamente delimitada pela consideração critérios como: regiões com histórico de favoráveis à construção de pequenos reservatórios.

ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS

Para o alcance dos objetivos propostos, a contratada i

1) **Levantamento de Dados e Diagnóstico Inicial:** R hidroclógicos, climatológicos, geológicos e de solos, inf relevantes. Com base nesses dados, será elaborado i escassez e as oportunidades de intervenção. Este da poderm trazer maior benefício.

2) **Estudos de Concepção dos Barramentos:** Deber barramentos na área de abrangência. Nesta etapa, a i

a. **Identificar locais potenciais** para barramentos, an de vale favoráveis), disponibilidade hídrica (contribuiç b. **Dimensionar conceitualmente as alternativas:** P: terra, concreto, enrocamento, etc., altura aprovada, avaliar o efeito de cada opção no balanço hídrico regi c. **Analisar a viabilidade técnica, econômica e amb** disponibilidade hídrica, custo estimado de implantação população, facilidade de acesso para obras, entre out alternativa ótima, em conjunto com o Contratante.

d. **Selecionar as alternativas viáveis:** Ao final do est melhor relação custo-benefício e menores impactos, j análises realizadas, memórias de cálculo básicas de f plantas esquemáticas das opções avaliadas.

3) **Avaliação Ambiental Preliminar:** Paralelamente e alternativas de barramento. Essa atividade envolve les restrições ambientais (como presença de áreas de pr mitigadoras já na fase de concepção. Deve-se estimar pelo reservatório, impactos em cursos d'água a jusant critérios ambientais na seleção da alternativa preferen requisitos para o licenciamento. Este relatório servirá i competente emitir termos de referência específicos pa empreendimento) na próxima fase, se necessário.

4) **Projeto Básico de Engenharia:** Uma vez definida Nesta fase, serão aprofundados os estudos de engeni

a. **Investigações de campo:** realizar levantamentos t ensaios de solo nos locais da fundação e canteiro de o b. **Dimensionamento hidráulico e estrutural:** calculo transversais, definição do tipo de barragem, dimensioi dispositivos de tomada d'água, se previstos. Garantir i c. **Desenhos e documentos do projeto básico:** proc barragem, seções típicas do maciço, layout do verted: calculo contendo as premissas, métodos e resultados zoneamento de uso no entorno.

d. **Orçamento estimativo e viabilidade econômica:** básico, utilizando referências de custos unitários oficia metro cúbico de água armazenada ou indicador de be e. **Plano básico ambiental:** incorporar recomendaçõe obra, como recuperação de áreas degradadas, maneje atender condicionantes da Licença Prévia.



Ficha Resumo de Termo de Referência - TdR



Contratar estudos de concepção e projetos de novos barramentos

5) **Projeto Executivo de Engenharia:** Após aprovação do Projeto Básico, proceder à elaboração do Projeto Executivo completo dos barramentos aprovados. Essa etapa consiste em detalhar totalmente o projeto, incluindo: Desenhos executivos detalhados: elaboração dos desenhos em nível de detalhe para construção – plantas, cortes, detalhes construtivos, projeto de drenagem interna da barragem, filtros, entrocamentos de proteção, estruturas de controle, desenhos de componentes estruturais e elementos de concreto, etc. Os desenhos devem ser compatibilizados entre si e seguir as normas técnicas brasileiras.

6) **Memoriais e especificações técnicas:** preparar memoriais descritivos executivos e cadernos de especificações técnicas de construção, definindo materiais, equipamentos, métodos executivos, critérios de medição e pagamento, nort Incluir também planos de controle tecnológico.

7) **Orçamento detalhado e cronograma:** com base no projeto executivo, refinar o orç composição de custos unitários) e elaborar o cronograma físico-financeiro de executã desembolso.

8) **Documentos para licitação da obra:** consolidar os documentos técnicos que pode termo de referência da obra, resumo do projeto, planilhas de quantitativos e orçament Contratante julgar necessários. Embora a elaboração do edital de obra em si possa fic apoio técnico fornecendo esclarecimentos e ajustando documentos caso necessário d

PRODUTOS

Os produtos (entregáveis) resultantes deste contrato, bem como os prazos esperados

• **Produto 1 – Plano de Trabalho e Relatório de Diagnóstico:** Documento inicial com metodologia, cronograma atualizado e equipe alocada; e o diagnóstico da situação hídri assinatura do contrato.

• **Produto 2 – Relatório de Estudos de Concepção:** Relatório técnico contendo as al comparativo de viabilidade e indicação da alternativa recomendada, acompanhado de ilustrativos. Inclui-se, se não separado, o relatório de avaliação ambiental preliminar. F

• **Produto 3 – Relatório de Avaliação Ambiental Preliminar (RAP):** Entrega específica conclusões sobre impactos e recomendações para o licenciamento. Prazo: 8 meses a

• **Produto 4 – Projeto Básico de Engenharia:** Conjunto de documentos do Projeto Bt de cálculo), desenhos em nível de projeto básico, orçamento estimativo de obra, plant após início do contrato.

• **Produto 5 – Projeto Executivo de Engenharia:** Conjunto completo do Projeto Execu técnicas, planilhas orçamentárias finais, cronograma de obras e documentação de licit

• **Produto 6 – Relatório Final e Apoio à Licitação:** Relatório final resumindo as ativid juntamente com a compilação de todos os produtos entregues em meio digital. Nessa procedimentos preparatórios para licitação da obra (esclarecimentos técnicos, ajustes

PRAZO DE EXECUÇÃO

O prazo de execução total estimado para a realização dos estudos e projetos é de 24 início dos serviços. Esse prazo considera o tempo necessário para cumprir todas as e para aprovação dos produtos e intervalo para análises pelo Contratante ou órgãos lice Dentro do prazo global, prevê-se um cronograma tentativo em fases: - Estudos de Co do diagnóstico, concepção das alternativas e relatório ambiental preliminar. - Projeto E e elaboração do projeto básico de engenharia. - Projeto Executivo: 8 meses finais para



Ficha Resumo de Termo de Referência - TdR



Contratar estudos de concepção e projetos de novos barramentos

EQUIPE TÉCNICA SUGERIDA

Para a adequada execução dos serviços, sugere-se que a empresa contratada disponha, no mínimo, da seguinte equipe técnica multidisciplinar:

• **Coordenador geral:** Profissional de nível superior formado em engenharia com experiência comprovada em projetos de barragens ou reservatórios. Será responsável por coordenar todas as atividades, interagir com o Contratante e garantir a integração das diversas áreas técnicas no projeto.

• **Engenheiro civil especialista em barragens:** Engenheiro civil com experiência em projeto de barragens. Responsável pelo dimensionamento das estruturas de barramento, vertedouros, obras civis e estabilidade do maciço, atuando como projetista principal do empreendimento.

• **Engenheiro geotécnico/Geólogo:** Profissional especializado em geotecnia de barragens, responsável por planejar e interpretar investigações de campo (sondagens, ensaios de laboratório), avaliar as condições de fundação, materiais de construção (solos emprestados) e fornecer parâmetros para o dimensionamento geotécnico seguro da barragem.

• **Engenheiro de recursos hídricos/Hidrologo:** Responsável pelas análises hidroclógicas (chuvas, vazões, estia gens) e pela avaliação do balanço hídrico. Este profissional realizará a estimativa das vazões de projeto (cheias para dimensionamento do vertedouro, vazões mínimas e permanentes para regularização) e contribuirá na definição da capacidade de reservação necessária para atingir os objetivos de disponibilidade hídrica.

• **Engenheiro ambiental/Especialista em meio ambiente:** Profissional com experiência em estudos ambientais de empreendimentos hídricos, encarregado da avaliação ambiental preliminar, identificação de impactos, proposição de medidas mitigadoras e da elaboração dos documentos para licenciamento ambiental. Deve conhecer a legislação ambiental aplicável e ter capacidade de articular o projeto de engenharia com as exigências ambientais.

• **Topógrafo:** Técnico ou engenheiro especializado em levantamento topográfico, para coletar os dados planialtimétricos dos locais de implantação dos barramentos e seu entorno, necessários à elaboração dos projetos. Poderá ser contratado como serviço de apoio específico, mas deve integrar a equipe para garantir a acurácia dos projetos.

• **Desenhista/CADista e orçamentista:** Profissionais de apoio técnico para elaboração dos desenhos técnicos em CAD e para a elaboração das planilhas orçamentárias e cronogramas, respectivamente. Embora não sejam cargos de nível superior, são fundamentais para traduzir os projetos em documentos gráficos e de custos claros.

CUSTO ESTIMADO

O custo da elaboração de estudos e projetos para a implantação de estruturas hidráulicas com capacidade de regularização de vazões é estimado em torno de R\$ 14 029.160,00, por barramento avaliado. Para estimativas de custos mais detalhadas, específicas por tipo e classe de barramento a ser implantado, sugere-se a utilização da Portaria ANA nº 498/2024.



The background of the slide features a series of concentric circles in various shades of blue, creating a dynamic, wave-like pattern that flows from the top left towards the bottom right.

Banco de Projetos

PAINEL INTERATIVO



Apresentação

Painel do Portfólio de Ações

Painel do Bloco 1 (Projetos Estratégicos)

Painel do Bloco 2 (Projetos Executivos)

Painel das Unidades Agregadas

Este painel proporciona uma **visualização ágil dos componentes do Portfólio de Ações do Plano Mineiro de Segurança Hídrica – PMSH**, incluindo as ações propostas e as áreas de intervenção sugeridas. A navegação é facilitada por filtros de Ações e Unidades Agregadas (UA), permitindo a análise de recortes específicos. Utilize os botões no topo do Painel para navegar entre as seções

Painel do Portfólio de Ações: Esta seção permite filtrar as ações conforme o seu detalhamento e a relação com as áreas de intervenção. Assim, permite observar a relação entre as características do Plano de Ações (Bloco 1) e do Banco de Projetos (Bloco 2).

Eixo	Unidade Agregada (UA)
1 - Conservação e restauração da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos relacionados	1
2 - Produção sustentável e uso racional dos recursos hídricos	2
3 - Saneamento, controle da poluição e obras hídricas	3
4 - Governança e Estratégias de Implementação do PMSH	4
	5
	6
	7
	8
	9
	10
	11
	12
	13
	14
	15
	16
	17
	18
	19
	20

Painel do Bloco 1 (Projetos Estratégicos): Esta seção inclui o detalhamento dos projetos estratégicos, de abrangência estadual e com foco no aprimoramento da governança.

AÇÃO ESTRATÉGICA (rescolha aqui)	1.2.1.2 - Práticas Agrícolas para Conservação e Restauração
COMPONENTE	1.2.1.2 - Práticas Agrícolas para Conservação e Restauração 1.2.1.1 - Mobilizar os produtores rurais para adesão ao Cadastro Ambiental Rural (CAR) e ao Programa de Regularização Ambiental (PRA) - fase 1

AÇÃO	3.2.1.1 - Implantar obras de ampliação e ações de recuperação de sistemas de tratamento de esgotos, adotando tecnologias mais
------	---

Banco de projetos

PAINEL INTERATIVO

Painel Interativo - Portfólio de Ações [PMSH]

Pesquisar ferramentas, ajuda e muito mais (Alt + G)

Entrar

ArquivoInícioInserirCompartilharLayout da PáginaFórmulasDadosRevisãoExibirAjudaDesenhar

Desfazer

Colar

Recortar

Copiar

Pincel de Formatação

Área de Transferência

Franklin Gothic ...

11

A^A

A_v

N

I

S

D

B

V

Fonte

Quebra de Texto Automática

Mesclar e Centralizar

Alinhamento

Geral

\$€%

000

Número

Formatação Condicional

Formatar como Tabela

Estilos de Célula

Estilos

Inserir

Excluir

Formato

Células

AutoSoma

Limpar

Classificar e Filtrar

Localizar e Selecionar

Editando

Suplementos

Suplementos

A1

X

✓

f_x

PMSH

Apresentação

Painel do Portfólio de Ações

Painel do Bloco 1
(Projetos Estratégicos)

Painel do Bloco 2
(Projetos Executivos)

Painel das Unidades Agregadas

AÇÃO ESTRATÉGICA
(escolha ao lado)

COMPONENTE PROGRAMA

OBJETIVO

META

4.1.2.10 - Estabelecer o arranjo institucional e financeiro para a implementação do PMSH na Unidade Agregada 27

EXO 4 - Governança e Estratégias de Implementação do PMSH

4.1 - Gerenciamento Executivo

4.1.2 - Fortalecimento da Implementação do PMSH nas Unidades Agregadas Prioritárias

Viabilizar a implementação do PMSH por meio da estruturação de arranjos institucionais e financeiros nas Unidades Agregadas prioritárias do Índice Global.

Arranjo institucional e financeiro concluído para a implementação dos projetos (composto por uma ou mais ações) na UA 27 até 2033.

JUSTIFICATIVA

O PMSH dividiu Minas Gerais em 186 Unidades Agregadas e, por meio do Índice Global, priorizou 45 delas (níveis 1 a 4) para a execução inicial de ações. Entre essas, a UA 27 localizada na UEG1 foi classificada como prioridade 3, representando uma área crítica do Estado e, portanto, o foco inicial desta ação. A constituição de arranjos institucionais e financeiros nessa UA é condição essencial para viabilizar a execução dos projetos do PMSH, garantindo legitimidade política, sustentabilidade econômica e a articulação entre prefeituras, comitês de bacia, associações locais, consórcios intermunicipais e demais atores estratégicos.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS DA AÇÃO ESTRATÉGICA

Orçamento geral da ação

-

Órgão executor

Igam.

Intervenientes

Semad, Arsae, Feam, Ief, Seapa, Emater, Agências/CBHs, Municípios, Associações de produtores e consórcios intermunicipais, Concessionárias de saneamento, Setor privado e outros.

Fonte de recursos

Custeio.

Natureza da ação

Não estrutural

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

ODS6 - Água Potável e Saneamento; ODS16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes; ODS17 - Parcerias e Meios de Implementação

DESCRIÇÃO DA AÇÃO ESTRATÉGICA

A ação consiste em estruturar arranjos institucionais e financeiros que viabilizem a implementação do PMSH na UA 27. Para tanto, prevê-se a identificação e mobilização dos atores locais, a realização de reuniões iniciais e a constituição de grupos de trabalho com participação de prefeituras, comitês de bacia, associações de produtores, consórcios intermunicipais, órgãos estaduais, setor privado e demais parceiros estratégicos. Serão promovidas capacitações e oficinas de nivelamento sobre o PMSH, seguidas de diagnósticos rápidos participativos para validar os problemas, atualizar o levantamento de projetos em andamento e alinhar expectativas locais. Esses insumos subsidiarão a elaboração de um documento integrado de projetos para a UA, acompanhado do mapeamento de fontes de financiamento disponíveis. Por fim, serão estabelecidos instrumentos de pactuação entre o IGAM e os atores locais, conferindo legitimidade política e institucional aos arranjos. As ações pactuadas serão posteriormente organizadas e inseridas em um Manual Operativo, no qual os projetos serão incorporados ao sistema de acompanhamento e monitoramento do PMSH. As atividades serão implementadas de forma escalonada, conforme a prioridade das UAs: anos 1 e 2 (prioridade 1), anos 4 e 5 (prioridade 2), anos 7 e 8 (prioridade 3) e anos 9 e 10 (prioridade 4).

<

>

≡

🏠 Apresentação

🏠 Painel do Portfólio

🏠 Painel Bloco 1 - Estrat

🏠 Painel Bloco 2 - Exec

🏠 Painel Unidade Agregada

+

AÇÃO EXECUTIVA (escolha ao lado)	3.2.2.1 - Implantar sistemas individuais de tratamento de esgotos domésticos ou coletivos para as pequenas comunidades rurais	
	EX03 - Saneamento, controle da poluição e obras hídricas	
	COMPONENTE	3.2 - Esgotamento sanitário
	PROGRAMA	3.2.2 - Implementação de sistemas individuais e/ou coletivos de esgotamento sanitário em pequenas comunidades
OBJETIVO	Melhorar a qualidade das águas superficiais, por meio da diminuição do aporte de cargas poluidoras advindas de sistemas de esgotamento sanitário de áreas rurais.	
META	Garantir que 100% dos esgotos domésticos gerados em áreas rurais da UA sejam tratados por sistemas individuais ou coletivos adequados, atendendo aos parâmetros de qualidade estabelecidos em legislação própria até o ano 20.	

JUSTIFICATIVA

A partir dos dados do SNIS, pode-se notar o déficit no atendimento dos serviços de esgotamento sanitário para as populações rurais, que são atendidas majoritariamente por soluções individuais. Considerando-se as contribuições dos participantes das oficinas públicas realizadas ao longo das etapas do presente estudo, evidenciou-se uma preocupação acerca do saneamento rural. Ademais, considerando-se que o saneamento rural pode vir a ser uma fonte de poluição, caso o tratamento dos efluentes não ocorra ou ocorra de maneira inadequada, pode ser associada uma das temáticas do Programa Saneamento Todos, ao qual o presente estudo de elaboração do PMSH está relacionado.

DESCRIÇÃO DA AÇÃO FOCO

A Unidade Agregada 27, localizada na UEG 1, no centro de Minas Gerais, apresentou prioridade 7 (sendo 1 – mais prioritária e 10 – menos prioritária) no Fivo 3 – Enfoque Sanitário, significando que essa é uma área importante.

ATIVIDADES DA AÇÃO ESTRATÉGICA	NOTA	ANO																													
Nenhuma atividade executada	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30

Painel Interativo - Portfólio de Ações [PMSh]

Arquivo Início Inserir Compartilhar Layout da Página Fórmulas Dados Revisão Exibir Ajuda Desenhar

Desfazer Colar Recortar Copiar Pincel de Formatação Área de Transferência

Franklin Gothic ... 11 Fonte N I S D Alinhamento Quebra de Texto Automática Mesclar e Centralizar Geral Número Estilos Formatar como Tabela Estilos de Célula Inserir Excluir Formato Limpar AutoSoma Classificar e Filtrar Localizar e Selecionar Suplementos

A1

Plano de comunicação social, mobilização e educação ambiental

- Buscar adesão, estímulo e o engajamento da sociedade em relação aos temas tratados no contexto do PMSH;
- Diagnosticar como a questão da proteção e o uso da água são tratados em diferentes contextos, provocando discussões em currículos escolares, visão da população em geral acerca dos processos que vão desde sua captação, seus diferentes usos e formas de tratamento até o seu descarte, passando por temas como consumo cociente e desperdício.
- Normativas a serem observadas como diretrizes na construção e execução das propostas de educação ambiental:
 - Lei Federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999;
 - Lei nº 15.441, de 11 de janeiro de 2005;
 - Decreto 47500, de 02/10/2018 sobre as Comissões Interinstitucionais de Educação Ambiental – CIEA;
 - Além de legislações pertinentes aos Estados e Municípios.



Resumo executivo

- Detalhamento (claro e didático) da metodologia empregada no desenvolvimento das etapas e dos Produtos Finais;
- Permitir à Administração Pública a internalização, replicação, revisão, atualização e aperfeiçoamento do PMSH, bem como sua difusão em outros contextos ou regiões, de forma independente.



MUITO OBRIGADO!



Programa Somos Todos Água

E-mail: segurancahidrica@meioambiente.mg.gov.br

Portal Info Hidro: <https://portalinfohidro.igam.mg.gov.br/>

Fale conosco: [Instituto Mineiro de Gestão das Águas \(Igam\)](#).



[@meioambienteminasgerais](#)



<https://igam.mg.gov.br/web/igam/plano-mineiro-de-seguranca-hidrica-pmsh>